AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 40 | Nº 08 | AGOSTO 2020 | R$ 15,00



MERCADO DE TERRAS

BONS PREÇOS DOS GRÃOS E RETORNO REAL NEGATIVO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS PODEM INCENTIVAR AQUISIÇÕES

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

SOJA RENTABILIDADE EXCEPCIONAL NA SAFRA 2020/21

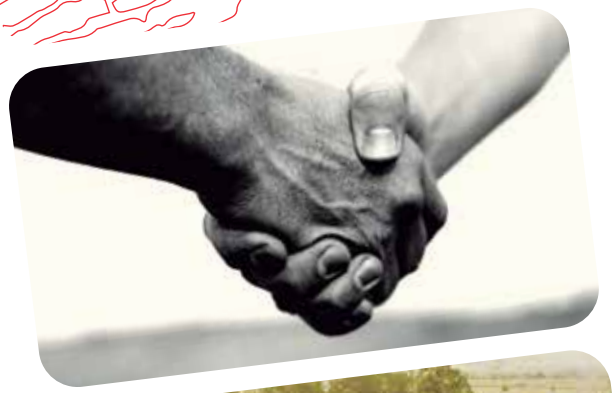
COVID-19 VEJA QUAIS SETORES DO AGRO FORAM MENOS IMPACTADOS

ENTREVISTA AS MUDANÇAS NA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

NOSSA IDENTIDADE ESTÁ NO CAMPO.

Há 35 anos levamos tecnologia, qualidade e resultados em nutrição vegetal. Carregamos o DNA do campo. E deixamos a nossa marca no agronegócio brasileiro.

35 ANOS













ISO 14001 2015

ISO 9001 2015

www.ubyfol.com

UBYFOL®
Excelência em Nutrição Vegetal

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Instagram: /fgvagro
Facebook: /fgvagro
Twitter: @fgvagroanalysis
YouTube: FGV Agro

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

‘DESMATAMENTO ILEGAL ZERO’

UM ASSUNTO que continua sendo muito discutido no mundo e que sempre ganha força neste período do ano caracterizado pela seca é o desmatamento da Floresta Amazônica. A maior parcela da culpa é conferida, pelos críticos mal informados, aos agricultores brasileiros. Até mesmo a respeitada revista científica Science publicou, recentemente, um artigo criticando o envolvimento dos produtores no desmatamento da Amazônia. Embora um dos próprios autores já tenha apontado falhas na análise apresentada, o artigo teve grande repercussão mundial. O certo sobre esse assunto é que a imensa maioria dos produtores brasileiros atua de forma profissional na condução de sua atividade e não desmata! Por isso, é importante identificar os desmatadores, criminosos que mancham a imagem do agronegócio brasileiro, e puni-los. Temos o melhor Código Florestal do mundo e precisamos garantir que seja cumprido. A ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, apoia integralmente o lema ‘desmatamento ilegal zero’.

Olhando para a economia, conforme o tempo passa, os impactos da pandemia de COVID-19 ficam cada vez mais evidentes, o que traz alguma calma e previsibilidade para os mercados. Em adição a isso, o avanço dos testes da vacina contra o novo coronavírus indica-nos de forma mais precisa quando, de fato, a pandemia começará a se encerrar. No Brasil, as análises atuais apontam que o início da disponibilidade da vacina no Sistema Único de Saúde (SUS) ocorrerá nos primeiros meses de 2021.

Diante desse cenário, apesar da alta volatilidade atual, a tendência do dólar para o médio prazo é de queda em relação ao real, como temos afirmado nos últimos meses. Acreditamos que a cotação do dólar deve encerrar o ano abaixo de R$ 5,00. A taxa básica de juros deve manter-se próxima a 2% ao ano, com a inflação baixa, encerrando o ano também próxima de 2%. Por outro lado, segundo o relatório Focus de 27 de julho último, do Banco Central do Brasil (BCB), a expectativa do mercado financeiro é de que a taxa de câmbio seja de R$ 5,20/US$ no final do ano. O produtor deve estar sempre atento e fazer a sua análise para tomar decisões sobre a compra dos insumos e a comercialização da sua produção.

O artigo de destaque desta edição da ***Agroanalysis*** avalia o mercado de terras. As medidas de isolamento social adotadas para conter a pandemia trouxeram incertezas em relação ao futuro da economia e, consequentemente, paralisaram momentaneamente os negócios no mercado de terras. Contudo, a taxa de juros real negativa para aplicações em renda fixa e os números positivos de algumas atividades agropecuárias, como soja e milho, podem fomentar negócios pontuais. Pode ser o momento oportuno para investidores capitalizados realizarem boas aquisições.

Quanto à produção agroindustrial brasileira, o desempenho em maio último foi melhor do que em abril, indicando que, provavelmente, o pior já ficou para trás. Segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a agroindústria registrou uma expansão de 3,8% em maio em comparação a abril. No entanto, o setor agroindustrial continua operando em um ritmo inferior ao de 2019. Para o ano de 2020, a expectativa é de uma queda de 7,0% na produção da agroindústria em relação a 2019. Na análise dos últimos doze meses, o segmento com pior desempenho foi o de produtos não alimentícios (têxteis, borracha etc.), que registrou uma queda de 23,9%.

Analisando especificamente o resultado da soja, o lucro, que já havia sido bom na temporada 2019/20, deve ser ainda melhor na atual (2020/21), principalmente para o produtor que já se garantiu e vendeu a produção antecipadamente. Em comparação à safra anterior, o lucro pode ser cerca de 37% superior

em Mato Grosso e 15% superior no Paraná em 2020/21.

A entrevista do mês aprofunda a análise da conhecida Medida Provisória nº 897/19 (MP do Agro), convertida na Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020. O agro brasileiro é reconhecido por garantir a segurança alimentar do País e, ainda, gerar um grande excedente de produção destinado à exportação. Assim, o setor assumiu o protagonismo mundial nas exportações de importantes *commodities* agrícolas. Junto ao papel de pujante plataforma fornecedora de alimentos, vem à tona o aumento da demanda por recursos financeiros necessários para gerar a crescente produção agropecuária. O especialista Ademiro Vian, sócio da Plataforma Bolsa Agro de Títulos do Agronegócio (Bolsa Agro CPR) na Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) e presidente do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (IBDAgro), contribui com uma avaliação das mudanças em curso na política nacional de crédito rural, trazidas pela nova Lei, na visão das cadeias produtivas do setor.

Por fim, trazemos a 11ª edição do Caderno Especial da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), que apresenta as ações tomadas pela entidade nos diversos segmentos de negócio (fertilizantes foliares, organominerais e orgânicos, biofertilizantes, condicionadores de solo e substrato para plantas), as quais fortalecem os seus valores de transparência, conscientização e compromisso com a Ciência e o setor. Cheio de desafios a serem superados, o Programa Nacional de Bioinsumos, recém-lançado pelo MAPA, é considerado pela entidade como um caminho inteligente para a inserção definitiva da agricultura brasileira na bioeconomia. No entanto, por ter um escopo extremamente amplo, o Programa necessitará de adaptações, pois transita em várias áreas já regulamentadas. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

INSTAGRAM: /FGVAGRO
FACEBOOK: /FGVAGRO
TWITTER: @FGVAGROANALYSIS
YOUTUBE: FGV AGRO

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 CAPA ENTREVISTA
ADEMIRO VIAN
REFORMA RADICAL NA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

10 FRASES & COMENTÁRIOS

11 DESMATAMENTO ILEGAL: SEPARANDO O JOIO DO TRIGO

12 MACROECONOMIA
RISCO FISCAL

15 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA O PIOR DA PANDEMIA PARA A AGROINDÚSTRIA FICOU PARA TRÁS

21 CAPA EXPECTATIVA DE RESULTADO PARA A SOJA NA SAFRA 2020/21

23 COVID-19: UM NOVO DESAFIO PARA O CELEIRO DO MUNDO

25 CAPA MOMENTO PODE SER OPORTUNO PARA A AQUISIÇÃO DE TERRAS

27 A BUSCA POR MOBILIDADE DE ELEVADA EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENTAL

29 CADEIA PRODUTIVA DE BOVINOS NO CENÁRIO 2040

34 GESTÃO

34 TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS NO AGRONEGÓCIO

38


ABISOLO
UM ANO DAS REDESCOBERTAS

46


REUNIÃO DO COSAG E DO COSCEX
DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS PARA O AGRO

32 AGROCERES
FATORES QUE INTERFEREM NA MICROBIOTA DO LEITÃO

36 BAYER
O ACORDO UE-MERCOSUL: AS CADEIAS RESPONSÁVEIS DE PRODUÇÃO E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

52 FAESP
O AGRONEGÓCIO DEFENDE A PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

53 CROPLIFE
AGRICULTURA 4.0: AGTECHS MUDAM O CENÁRIO DO AGRO

54 DIÁRIO DE BORDO
ATÉ 2030!

55 PRODUZIR
SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNDO PÓS-PANDEMIA

56 OPINIÃO
URBANIZAÇÃO DO CAMPO

57 REFLEXÃO
O BOM SENSO DEVE PREVALECER

58 PIMAGRO

REFORMA RADICAL NA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

ADEMIRO VIAN

Sócio da Plataforma Bolsa Agro de Títulos do Agronegócio (Bolsa Agro CPR) na Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM)

Da Redação

O AGRO brasileiro atende a segurança alimentar do País e gera excedentes na produção para desempenhar a função de protagonista mundial nas exportações de importantes *commodities* agrícolas. Nesse papel do agro brasileiro de pujante plataforma fornecedora de alimentos, entra em discussão o aumento da demanda por recursos financeiros necessários para gerar uma crescente produção agropecuária em cada ciclo.



Ademiro Vian, sócio da Plataforma Bolsa Agro CPR na BBM, diretor da SEGES Agronegócio, presidente do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (IBDAgro) e ex-diretor adjunto de Negócios da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), faz uma avaliação das mudanças em curso na política nacional de crédito rural na visão das cadeias produtivas do setor.

AGROANALYSIS: QUAIS SÃO AS FONTES DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA?

ADEMIRO VIAN: A agricultura conta com diversas fontes de financiamento formalizadas de acordo com as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BCB). A diferença entre a operação contratada com recursos controlados e aquela com recursos não controlados está na taxa de juros. A primeira é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e a segunda, pelo banqueiro. Do orçamento de R$ 179,38 bilhões divulgado no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2020/21 para custeio e comercialização, R$ 102,50 bilhões são controlados e R$ 76,88 bilhões são não controlados, representando 57,14% e 42,86% respectivamente.

Entre as fontes de financiamento do grupo de controlados, estão os obrigatórios (calculados sobre os depósitos à vista dos bancos), a poupança rural com taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Dos recursos não controlados, fazem parte a poupança rural com taxa de juros sem equalização, a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e as linhas de captação externa e livres das instituições financeiras.

HÁ MAIS DE TRINTA ANOS, A DEMANDA SUPERA A OFERTA POR CRÉDITO RURAL?

AV: Desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, o maior volume de recursos era controlado, cujas fontes vinham da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da exigibilidade bancária. Existiam mais de trezentos bancos. Essa realidade mudou à medida que a agricultura avançou em tecnologia, com adoção de máquinas e equipamentos, enquanto as atividades ficaram mais especializadas. Houve, também, a incorporação de novas áreas de Cerrado na região Centro-Oeste do País. A necessidade de capital de giro para tocar o campo aumentou de forma substancial.

Essa transformação já ocorria no final da década de 1980 e no começo da de 1990, com a hiperinflação, os

choques para o controle de preços e o endividamento rural. Tudo isso desembocou na securitização, com um pacote para negociação das dívidas a longo prazo. Tivemos o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) e o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP). O número de bancos operantes no crédito rural, que era trezentos, está em torno de dez hoje.

QUANTO OS BANCOS SÃO OBRIGADOS A APLICAR EM CRÉDITO RURAL?

AV: Os bancos devem manter aplicada a quantia correspondente a 27,5% do valor médio diário dos depósitos à vista (em conta-corrente). Cabe, também, observar os limites de financiamento, os direcionamentos dos recursos e as regras estabelecidas quanto a forma de contratação, garantias, pagamentos, liberações, comprovações, fiscalizações, entre outras exigências. A manutenção desse modelo é onerosa, precisando de uma desburocratização urgente para reduzir custos.

Em termos de mudanças, a legislação-base está estabilizada, mas as normas chamadas de infralegais sofrem alterações frequentes. De janeiro de 2016 a junho de 2020, foram editadas 140 Resoluções, três Circulares e 24 Cartas Circulares. No total, são 167 normativos, numa média mensal de 2,78 normativos nos últimos sessenta meses. Cada Resolução, por exemplo, trata de vários assuntos ao mesmo tempo e, em regra, demanda mudanças e alterações sistêmicas, que provocam desconforto para os bancos e conflitos no relacionamento com os produtores.

A CÉDULA DE PRODUTO RURAL (CPR) FOI UM INSTRUMENTO IMPORTANTE?

AV: Instituída pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, a CPR com liquidação física deu uma nova dinâmica ao financiamento e à comercialização das safras, em especial a de soja. Esse instrumento permitiu criar novas modalidades de negócio, como o sistema de troca, sem vincular o crédito bancário. Já a CPR com liquidação financeira não deslanchou até o momento. A sua emissão depende dos bancos, que possuem alternativas como o crédito tradicional, porém é bem mais custosa para o produtor.

Estima-se que o mercado de CPR gira em torno de R$ 150 bilhões, sendo cerca de 97% de CPR com liquidação física e 3% de CPR com liquidação financeira. A CPR foi sucessora do Certificado de Mercadoria Garantido entrega Futura (CMG-F) e do Certificado de Mercadoria com entrega Disponível Garantido (CMDG), criados e operados pela Bolsa de Cereais de São Paulo (BCSP) no início da década de 1990. Ambos deram origem aos Fundos de Commodities, os atuais Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC). Essas iniciativas visavam aproximar o agronegócio do mercado de capitais.

A CHAMADA MP DO AGRO, CONVERTIDA EM LEI, TERÁ IMPACTO A CURTO PRAZO?

AV: É importante ter uma noção da amplitude das mudanças introduzidas pela Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, que trata de uma grande quantidade de temas. Enquanto muitas das mudanças precisam ser regulamentadas, outras possuem prazo para implementação. Na prática, seu êxito depende da aceitação pelo mercado: por exemplo, operar com subvenção econômica depende do interesse dos bancos, e captações em moeda estrangeira dependem das empresas.

EXISTEM INOVAÇÕES COMO O FUNDO GARANTIDOR SOLIDÁRIO (FGS) E O PATRIMÔNIO RURAL EM AFETAÇÃO?

AV: O FGS, privado, não tem a participação do Governo, sendo obrigatório que o devedor aporte recursos equivalentes a 4% do valor do fundo, o credor mais 4% e o garantidor, se houver, mais 2%. Com baixa atratividade para o sistema financeiro, as operações vencidas tenderão a ser tratadas caso a caso, com dificuldades para deslanchar.

Já o patrimônio rural em afetação, apesar de interessante, não pode ser feito em graus de hipoteca (primeiro grau, segundo grau) como aceito pelos bancos quando a dívida é na mesma instituição. Isso poderá limitar a capacidade de alavancagem do produtor. Existe, ainda, a vedação da afetação sobre imóveis que já tenham hipoteca, alienação fiduciária, pequena propriedade rural, área de

ENTRAM EM JOGO OS PAPÉIS DAS ENTIDADES DE ESCRITURAÇÃO, DE REGISTROS E DEPOSITÁRIAS CENTRAIS.

“É IMPORTANTE TER UMA NOÇÃO DA AMPLITUDE DAS MUDANÇAS INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 13.986, DE 7 DE ABRIL DE 2020...”

“AS CONDIÇÕES RECENTES DE MERCADO (...) FORÇAM OS PRODUTORES E AS EMPRESAS A OLHAREM COM ATENÇÃO A COLUNA DE CUSTOS.”

tamanho inferior ao módulo rural a uma fração mínima de parcelamento ou bem de família.

Por fim, a afetação só pode ser formalizada mediante a emissão da Cédula Imobiliária Rural (CIR), sob a forma escritural, desde que lançada no sistema de escrituração e registrada ou depositada em uma entidade autorizada a funcionar pelo BCB. A CIR representa uma promessa de pagamento em dinheiro decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade e, portanto, é exclusiva para o sistema financeiro.

QUAIS SÃO OS PAPÉIS DAS ENTIDADES DE ESCRITURAÇÃO, DE REGISTROS E DEPOSITÁRIAS CENTRAIS?

AV: A escrituradora emite e a registradora averba os dados e controla a movimentação do ativo pelo mercado. Ao fazer a transferência da titularidade, as depositárias centrais responsabilizam-se pela existência da custódia e pela liquidação financeira dos ativos, enquanto a escrituradora se responsabiliza pela qualidade da originação do negócio. A Lei determina que todos os títulos do agro passem, a partir de janeiro de 2021, a cumprir esse ritual, com o objetivo de evitar que o ativo seja vendido ou usado em mais de uma operação ao mesmo tempo. Esse é o caso, por exemplo, da CPR. A divulgação dos dados segue as regras do BCB. No Brasil, somente a B3 realiza esse serviço das depositárias centrais.

Existem três registradoras no mercado: a B3, a Central de Registros de Direitos Creditórios (CRDC) e a Central de Recebíveis (CERC), todas em São Paulo. O desafio será fazer os produtores acessarem, de qualquer lugar do Brasil, as escrituradoras e as registradoras sem custos elevados.

A OBRIGATORIEDADE DE REGISTROS TRARÁ ÔNUS PARA OPERAR A CPR?

AV: Sim, porque, de acordo com a Lei nº 13.986/20, a CPR emitida a partir de 1º de janeiro de 2021, para ter validade e eficácia, deverá ser registrada ou depositada, em até dez dias úteis a partir da data de emissão, numa registradora ou depositária central autorizada a funcionar pelo BCB. Esse custo não existia antes. O registro em registradora não desobriga do registro em cartório quando envolver garantias reais (penhor, hipoteca e alienação fiduciária).

COMO ESTÁ O DESEMPENHO DOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO?

AV: A LCA ganhou espaço crescente no PAP. Foram direcionados R$ 55,0 bilhões na safra 2019/20 e R$ 62,7 bilhões na safra 2020/21. A sua emissão é facultativa. As instituições financeiras são obrigadas a direcionar, no mínimo, 35% do valor captado em LCA para operações de crédito rural sem limitação de juros. O atrativo desse título é a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), o que desperta o interesse dos bancos para que possam oferecer tal vantagem para os clientes de alta renda.

O Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), por sua vez, cresce, porém bem abaixo do potencial no mercado. É uma operação estruturada que ainda demanda muito tempo e elevados custos para formalização. Esses gargalos devem ser desobstruídos para que ele se torne uma fonte de financiamento para as médias empresas. O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) ainda não deslanchou – embora tenha sido moldado para as empresas do agronegócio –, por conta do desconhecimento das empresas e da resistência e do despreparo das instituições financeiras para oferecer essa modalidade de financiamento em substituição às operações de crédito tradicionais, mais caras.

A TRANSIÇÃO JÁ COMEÇOU?

AV: As condições recentes de mercado – baixas nas taxas de inflação e Selic – forçam os produtores e as empresas a olharem com atenção a coluna de custos. Esse pode ser o impulso para levar recursos do mercado de capitais para o campo, de modo a decolar a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu esses títulos isentos de IOF e de imposto de renda sobre o rendimento quando adquiridos por pessoa física. Pode ser que, neste momento de baixa remuneração oferecida pelos bancos, esses títulos tornem-se atrativos aos investidores.

Esse processo poderá ficar mais célere a partir de pelo menos dois pontos de análise. O primeiro é a chegada das inovações nos serviços financeiros por meio das *fintechs*. Paradigmas serão rompidos na forma de capturar e manejar informação. As estruturas de processos ficarão mais focadas em agilidade e eficiência, sem fluxos burocráticos e com respostas rápidas. O segundo é a introdução de medidas para desburocratizar e reduzir o custo de observância, de modo a adequar os percentuais de Custos Administrativos e Tributários (CAT) para reduzir o “*spread* bancário”. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



Romério Cunha/VPR

Como o estado brasileiro tem o compromisso com a preservação, buscaremos reduzir ao mínimo os índices de desmatamento e queimada.”

HAMILTON MOURÃO, vice-presidente da República

“As pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) indicam um potencial acima de 2 milhões de hectares aptos ao cultivo de trigo na região Central do Brasil.”

JULIO ALBRECHT, pesquisador da Embrapa Cerrados, no Distrito Federal

“Neste ano, as exportações de carne bovina devem superar o recorde de US$ 7,6 bilhões registrado no ano passado, mesmo diante da crise do novo coronavírus.”

“Quando amenizar o surto da pandemia, os países com as cadeias produtivas mais organizadas, como o Brasil, terão a chance de aumentar sua participação nos mercados globais.”

ANTONIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)

“A Organização Mundial da Saúde (OMS) usou a expressão ‘One World, One Health’ para desenvolver a conexão entre alimento, saúde e humanidade como fórmula para mitigar a COVID-19 e crises futuras.”

CLEBER OLIVEIRA SOARES, diretor do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária (DIAGRO/SDI/MAPA)

“Como o agro não precisa das terras da Amazônia – motivo de muitos debates internacionais –, defendemos de forma intransigente zerar o desmatamento ilegal.”

“A nossa tecnologia de agricultura foi feita para regiões como o Cerrado, o Sul e o Sudeste. A Amazônia, com o seu clima e as suas terras diferentes, não é atraente.”

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

“Os bioinsumos e a bioeconomia baseiam-se na utilização da nossa grande biodiversidade, a maior do mundo, para reduzir a dependência de insumos fósseis.”

“Com o Programa Nacional de Bioinsumos, aumentaremos a área agropecuária com o uso de recursos biológicos, atualmente de 10 milhões hectares.”

FERNANDO CAMARGO, secretário da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI/MAPA)

“As empresas do agronegócio precisam encontrar alternativas em situações de crise, como agora. São profissionais capazes de liderar com inspiração e propósito essa situação difícil.”

JEFFREY ABRAHAMS, sócio-gerente da Fesap, consultoria em gestão e desenvolvimento organizacional

“Conter o avanço da contaminação e oferecer tratamento adequado nesse ambiente de pandemia é tão importante quanto fazer os alimentos chegarem às bocas dos cidadãos.”

FRANCISCO TURRA, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

DESMATAMENTO ILEGAL: SEPARANDO O JOIO DO TRIGO

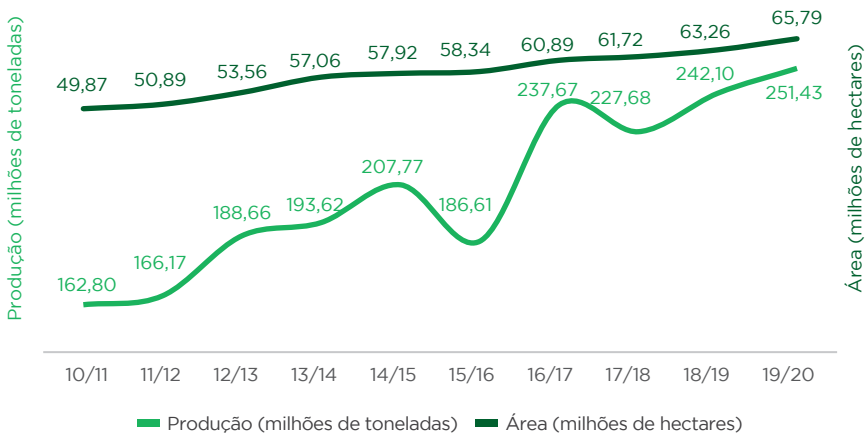
O BRASIL tem sido atacado por todo o mundo por estar destruindo a Amazônia. E vários investidores e entidades de apoio à pesquisa têm puxado o freio de mão em relação ao Brasil. Obviamente, algumas frases infelizes de alguns membros do Governo ajudaram nesse processo. Mas vamos aos fatos.

A ministra do Ministério da Agricultura apoia integralmente o lema 'desmatamento ilegal zero'.

Nos últimos dez anos, a safra de grãos aumentou 54,4%, enquanto a área cresceu 31,9%. E, nos últimos cinco anos, o crescimento da produção foi de 34,7%, com um aumento de 12,8% na área cultivada.

O produtor moderno e profissional não desmata. O Código Florestal brasileiro é muito cuidadoso quanto à conservação das matas. Quem desmata não é o produtor, mas sim bandidos.

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS



Fonte: Conab

Contra eles, a fiscalização e as lei têm de ser mais rígidas. Talvez, no meio desse grupo de bandidos, possa, infelizmente, ainda haver algum produtor do mundo antigo.

As associações de classe inspiradas pela ministra Tereza Cristina vão lutar pelo lema 'desmatamento ilegal zero'. E a punição deve ser severa para quem não obedecer.

A respeitada revista Science publicou um artigo recente reforçando a crítica do envolvimento dos produtores no desmatamento da Amazônia ("The rotten apples of Brazil's agribusiness", que, traduzido livremente para português, seria "As maçãs podres do agronegócio brasileiro"). Mas um outro artigo, este de Alexandre Mendonça de Barros (sócio-diretor da MB Agro) e outros, apontou falhas no artigo da Science, já comentadas, aliás, por um dos próprios autores do artigo original.

É hora de separar o joio do trigo. A esmagadora maioria dos produtores brasileiros não desmata. E quem o faz deve ser punido. Temos meios e modos de chegar a zero desmatamento ilegal. A nossa ministra deve liderar esse processo. E a ***Agroanalysis*** vai comentar cada passo dessa jornada. ■



Romério Cunha/VPR

"Como o agro não precisa das terras da Amazônia – motivo de muitos debates internacionais –, defendemos de forma intransigente zerar o desmatamento ilegal."

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

RISCO FISCAL

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A DINÂMICA das contas públicas brasileiras ao longo do tempo começa a despontar novamente como um fator de risco para a economia. Desde 2014, o resultado primário do governo central (que não inclui as despesas de juros da dívida pública) passou a ser deficitário. Os aumentos dos gastos do Governo para fazer frente aos efeitos da pandemia elevaram ainda mais o déficit público, que pode atingir 11% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021. Com esse resultado, a dívida pública saltaria para mais de 90% do PIB no encerramento deste ano.

Embora seja legítimo que os gastos do Governo aumentem neste momento, a dinâmica futura das suas contas enseja preocupações. Isso decorre do fato de que a trajetória das contas públicas brasileiras já apresentava evidentes sinais de deterioração ao longo do tempo.

De fato, desde o final da década de 1990 e o começo da década seguinte, o governo federal trabalhou no sentido de construir bons resultados primários, registrando superávits expressivos. Esse processo deu-se, basicamente, por meio do aumento da carga tributária brasileira e sem que nada de mais efetivo fosse feito para conter o crescimento dos gastos públicos. De qualquer forma, esses resultados sinalizaram um compromisso do Governo com uma política fiscal responsável naquele período, que garantiria a sustentabilidade da dívida pública brasileira. Essas ações diminuíram consideravelmente o risco da economia brasileira, e o superávit primário representou, ao longo da década de 2000, um dos pilares macroeconômicos da economia brasileira, junto ao regime de metas para inflação e ao regime de taxa de câmbio flutuante.

Ao longo dessa década, esse resultado foi progressivamente erodido pelo paulatino aumento dos gastos públicos. Na década de 2010, o superávit primário minguou ante a irresponsabilidade fiscal praticada durante os anos do governo Dilma. Como consequência disso, o resultado se tornou deficitário em meados da década passada, com uma explícita trajetória de deterioração para os anos seguintes.

O governo Temer iniciou um processo de ajuste fiscal, passando a praticar uma política fiscal relativamente contracionista no seu curto período de existência. No entanto, o legado do descaso fiscal praticado por anos a fio levou a um profundo desajuste estrutural nas contas públicas.

Por conta disso, o governo Bolsonaro colocou como prioridade inicial a reforma da previdência. Esse ajuste se tornou essencial em um sistema em franca deterioração e com perspectivas de piora nos próximos anos. A reforma realizada em 2019 resolveu apenas parte do problema do sistema previdenciário. O déficit ainda permanece, mesmo que a sua trajetória de deterioração tenha sido atenuada. Essa problemática é magnificada em um contexto de envelhecimento da população brasileira e redução da taxa de fecundidade ao longo das últimas décadas.

Como resultado da deterioração fiscal, a dívida pública aumentou significativamente ao longo dos últimos anos e, por conta do aumento de gastos neste ano para lidar com os efeitos da pandemia, aumentará ainda mais em 2020.

Dado esse contexto, a questão fiscal brasileira voltou a ser colocada na pauta das preocupações dos investidores e dos economistas. A percepção de uma deterioração das contas públicas brasileiras nos próximos anos caso nada seja feito aumentou a percepção de risco sobre a



sustentabilidade da trajetória da dívida pública brasileira.

Os primeiros movimentos do governo Bolsonaro não foram dos mais felizes no sentido de tentar reverter esse quadro. As sinalizações para a tentativa de recriar um imposto similar à CPMF foram muito mal recebidas pela sociedade e pelo Congresso. Ao que tudo indica, não haverá muito espaço para a recriação de um tributo dessa natureza no curto prazo, o que dificulta a saída pelo lado do aumento de impostos.

Essa problemática recoloca no eixo central das discussões a necessidade de um ajuste fiscal mais efetivo pelo lado dos gastos públicos (algo que não foi feito de fato desde a implementação do real, em junho de 1994). É pouco provável que isso seja levado adiante no governo Bolsonaro: a reforma administrativa, que apontaria nessa direção, deveria ter sido colocada em pauta logo na sequência da aprovação da reforma previdenciária. Esse *timing* foi perdido, e a pandemia jogou por terra qualquer possibilidade de isso ser continuado neste ano. Em 2021, o governo Bolsonaro já terá cumprido mais da metade do seu mandato, e a tendência, a exemplo do que ocorreu em governos anteriores, é que esse governo não tenha forças políticas para levar adiante uma reforma dessa natureza no ano que vem. ■



SHUTTERSTOCK

CANAL FGV AGRO

AGRO TALK

SE VOCÊ POSSUI UM **CONTEÚDO RELEVANTE** PARA O **SETOR AGRO** E DESEJA COMPARTILHA-LO COM A NOSSA COMUNIDADE

O FGV AGRO PODE TE AJUDAR!

A **REVISTA AGROANALYSIS** possui um quadro dentro do canal FVG Agro no Youtube. O AGRO TALK.



SEJA ENTREVISTADO PELA EQUIPE DO FGV AGRO!

Envie um e-mail com o assunto "Agro Talk" para contato@agroanalysis.com.br

FGV EESP
FGV AGRO
CENTRO DE ESTUDOS DE AGRONEGÓCIO

AGRO ANALYSIS

RECORDE NA PRODUÇÃO E NA EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR

O Brasil é líder na produção e na exportação de açúcar. Para o ciclo 2020/21, as análises dos especialistas de mercado estão centradas em averiguar se serão estabelecidos novos recordes de quantidade. Os maiores resultados foram apurados nas safras 2013/14 e 2016/17. A tomar por base os ritmos de processamento e embarque registrados até julho, as chances de esses números serem superados parecem ser bem grandes na atual temporada. Além disso, devido ao déficit no balanço da oferta e da demanda mundiais, as cotações no mercado externo estão bem mais atrativas.

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR
(MILHÕES DE TONELADAS)*

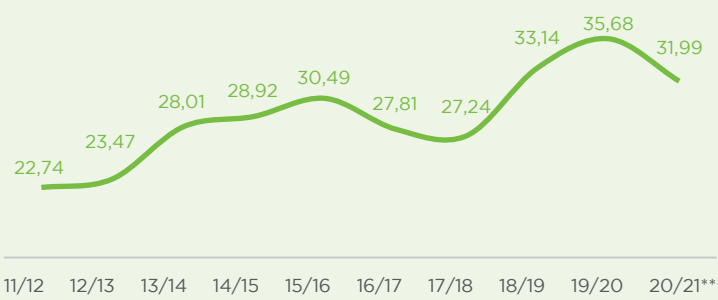


*Safra: de abril a março
Fonte: UNICA

QUEDA NA PRODUÇÃO DE ETANOL

O Brasil ocupa o segundo lugar na produção global de etanol, atrás apenas dos Estados Unidos. A maior parte dessa produção possui como fonte de matéria-prima a cana-de-açúcar. Em torno de 100 das 376 unidades produtoras existentes no País são somente destilarias, ou seja, não têm estrutura para transformar a matéria-prima em açúcar. A queda no consumo devido à pandemia de COVID-19 enfraquece os preços do etanol, que sofre a concorrência da gasolina, com a baixa do petróleo no mercado mundial. Assim, a produção de etanol deve cair mais de 10% na temporada 2020/21.

BRASIL: PRODUÇÃO DE ETANOL DE CANA-DE-AÇÚCAR
(BILHÕES DE LITROS)*



*Estimativa; **safra: de abril a março
Fonte: UNICA

VAZIO SANITÁRIO DA SOJA

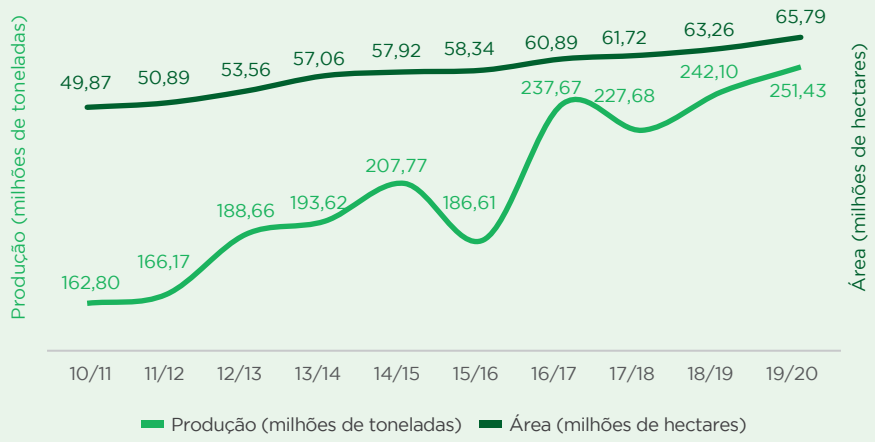
A medida estabelece um período de, no mínimo, sessenta dias sem semear ou manter plantas vivas de soja no campo. Essa ação objetiva reduzir a sobrevivência do fungo causador de ferrugem asiática, a mais severa doença que atinge a cultura. O produtor elimina as plantas de soja guacha ou voluntária, que nascem de forma espontânea na entressafra. Isso interrompe o ciclo de multiplicação do fungo e reduz a quantidade de esporos presentes no ambiente, retardando o surgimento da doença na safra.

No Brasil, treze estados e o Distrito Federal adotam o vazio sanitário, estabelecido por meio de normativas estaduais. O controle da doença possui um custo médio de US$ 2,8 bilhões por safra. As estratégias de manejo incluem, também: a utilização de cultivares de ciclo precoce e semeaduras no início da época recomendada; a utilização de cultivares com genes de resistência; o monitoramento da lavoura desde o início do desenvolvimento da cultura; e a utilização de fungicidas.

CICLO DE GRANDES COLHEITAS

No total, o Brasil deverá ter uma colheita recorde na safra 2019/20, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os grandes volumes produzidos de algodão, milho e soja basicamente explicam esse desempenho formidável. O ciclo de alta na produção, com expansão seguida na área plantada, vem desde a temporada 2009/10. Somente em 2015/16, houve uma pequena retração na área semeada. Na produção, a tendência de crescimento foi similar, exceto em 2015/16 e 2017/18, devido aos problemas climáticos ocorridos.

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS

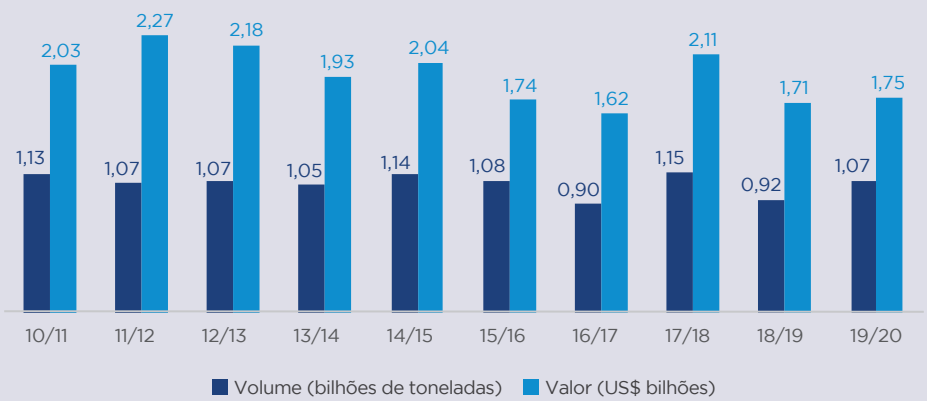


Fonte: Conab

CRESCE A EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA

As exportações do suco de laranja brasileiro (suco concentrado e congelado equivalente a 66 °Brix) registraram alta nos doze meses da safra 2019/20 tanto em volume, como em valor. Embora positivo, esse crescimento acontece em cima de uma base considerada pequena em termos comparativos. Quando se olha o patamar da série histórica, os números são próximos dos patamares verificados na safra 2015/16. Como principal destino dos embarques, aparece a Europa (69,7%), seguida por Estados Unidos (16,3%), Japão (5,3%), China (3,9%) e os outros países (4,7%).

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA*

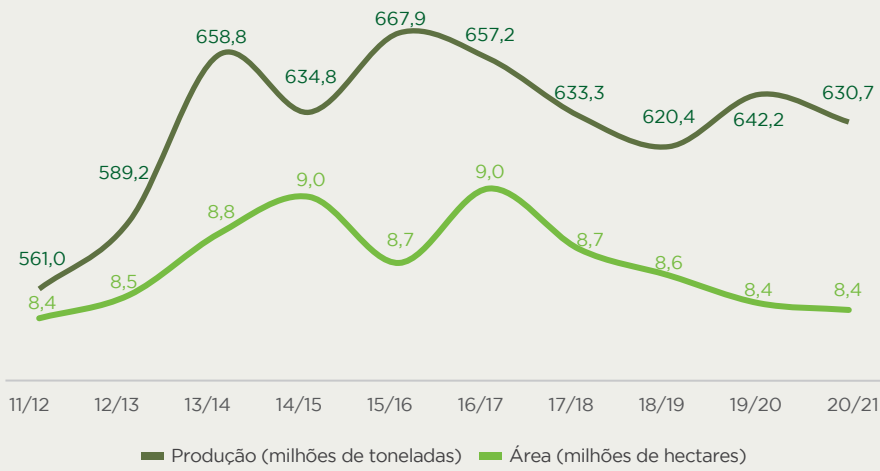


*Safra: de julho a junho
Fonte: CitrusBR

FLEXIBILIDADE DA CANA-DE-AÇÚCAR

Tanto a área plantada como a produção e a produtividade de cana-de-açúcar mostram variações relativamente pequenas ao longo da última década, tendo em vista a sua magnitude econômica. A fabricação flexível, ora de açúcar, ora de etanol, de acordo com a conjuntura dos mercados interno e externo pode ser apontada como o grande ponto forte do setor sucroalcooleiro.

BRASIL: ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

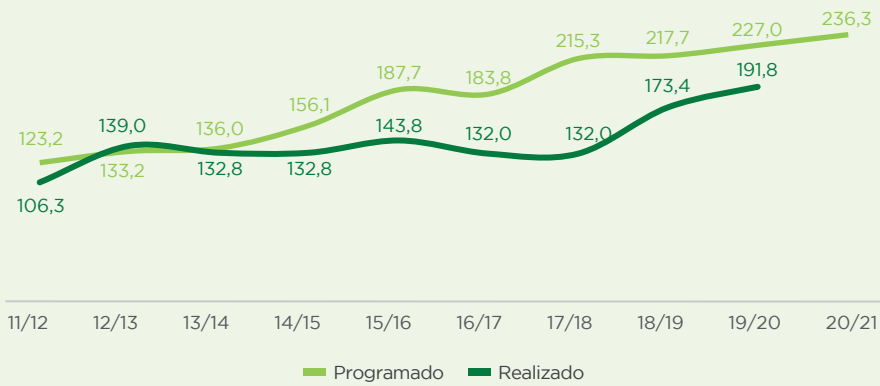


Fonte: UNICA

CRÉDITO RURAL CONTABILIZA LCA

O desembolso do crédito rural do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2019/20, no período de julho do ano passado a junho deste ano, alcançou R$ 191,8 bilhões. Dessas contratações, R$ 126,3 bilhões foram para o crédito agrícola e R$ 65,5 bilhões para o crédito pecuário. Com a soma dos recursos da fonte Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) (mais R$ 33,2 bilhões) – referentes às aquisições de Cédulas de Produto Rural (CPRs) e às operações com agroindústrias –, o volume total atinge R$ 225 bilhões. Os valores da LCA passaram a ser contabilizados nessa safra no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), do Banco Central do Brasil (BCB).

BRASIL: APLICAÇÃO DO CRÉDITO RURAL
(R$ BILHÕES)*



*Safra: de julho a junho
Fonte: MAPA

PROGRAMA NACIONAL DE BIOINSUMOS

A utilização de recursos biológicos na agropecuária brasileira ganha um novo impulso a partir do lançamento, no final de maio último, do Programa Nacional de Bioinsumos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os focos são aproveitar o potencial da biodiversidade brasileira para reduzir a dependência dos produtores rurais em relação aos insumos importados e ampliar a oferta de matéria-prima para o setor. O portfólio de produtos abrange inoculantes, promotores de crescimento de plantas, biofertilizantes, produtos para nutrição, extratos vegetais, defensivos a partir de microrganismos e, até mesmo, produtos fitoterápicos e tecnologias com ativos biológicos.

PLANO DE INVESTIMENTO PARA A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O plano parte do princípio de que os mercados de títulos verdes contribuirão para impulsionar a utilização de modernas tecnologias com práticas sustentáveis no campo no Brasil. Isso ajudará o País a ofertar mais comida para atender os importadores internacionais, ao mesmo tempo que promove a preservação do meio ambiente. A iniciativa conta com o apoio da Climate Bonds Initiative (CBI), a única certificadora global desses instrumentos. As oportunidades de investimento na agricultura sustentável somam US$ 163,3 bilhões (R$ 692,4 bilhões).

PROJETO CORONASURVEYS

A Embrapa Instrumentação (em São Carlos-SP), um dos 42 centros de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), integra o esforço internacional batizado de projeto CoronaSurveys. A proposta consiste em monitorar a incidência de COVID-19 por meio de pesquisas abertas e anônimas. O serviço envolverá a coleta e a publicação de dados referentes ao número de pessoas que contraíram e/ou manifestaram sintomas compatíveis com a doença em diferentes países. Essas informações serão úteis para estimar o número de pessoas infectadas em um determinado momento, assim como a evolução ao longo do tempo.

FÓRUM DA AGRICULTURA CHINESA 2020-2029

Na sua sétima edição, a conferência traçou as perspectivas agrícolas do país. As projeções para 2029 apontam a sua continuidade como o maior importador mundial de alimentos. O Brasil será um fornecedor importante em dois produtos: (i) a soja, cuja compra total passará de 86 milhões de toneladas para 100 milhões; e (ii) a carne suína, por causa da febre africana, com elevação para 3,8 milhões de toneladas no curto prazo e redução para 2,0 milhões a médio prazo. No milho, a Ucrânia é o competidor com a maior força. Na carne avícola, as compras devem permanecer estáveis, em torno de 600 a 800 mil toneladas, enquanto há espaço potencial para a aquisição de mais de 2.500 mil toneladas de carne bovina.

FONTE DE RENDA DA AGRICULTURA AMERICANA

Metade das propriedades norte-americanas apresentaram renda negativa, segundo o que aponta uma pesquisa desenvolvida pela Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês). A principal fonte de renda vem de atividades fora do setor, assistência governamental e indenização do seguro rural. Diante da baixa rentabilidade das culturas, muitos agricultores optam em arrendar as áreas de plantio para terceiros. Em 1929, havia 6,3 milhões de fazendas no país, uma produção de 105 milhões de toneladas e uma população de 12 milhões de habitantes. Em 2017, esses números eram, respectivamente, 2,0 milhões de fazendas, 561 milhões de toneladas na produção de grãos e 330 milhões de habitantes. Até 2030, a produção deverá aumentar em mais 90 milhões de toneladas.

O PIOR DA PANDEMIA PARA A AGROINDÚSTRIA FICOU PARA TRÁS

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

Em maio último, a produção agroindustrial brasileira foi melhor do que em abril. Segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a agroindústria registrou uma expansão de 3,8% em maio em comparação a abril. No entanto, o setor agroindustrial continua operando em um ritmo inferior ao de 2019. Para o ano de 2020, a expectativa é de uma queda de 7,0% na produção da agroindústria em relação a 2019.

A PANDEMIA de COVID-19 começou a afetar a economia brasileira de forma mais intensa a partir de meados de março último, quando as primeiras ações de isolamento social foram adotadas no País com o objetivo de reduzir a propagação da doença. Com essas medidas, a oferta e a demanda de produtos agroindustriais foram impactadas, principalmente em abril e maio, quando as limitações de circulação de pessoas ficaram mais rígidas.

Contudo, a produção agroindustrial apresentou um melhor desempenho em maio do que o verificado em abril. Isso porque, de acordo com os dados do PIMAgro divulgados mensalmente pelo FGV Agro – com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, após uma contração de 5,2% em abril (frente a março), a agroindústria registrou uma expansão de 3,8% em maio (frente a abril), já considerando os ajustes sazonais.

Essa recuperação parcial em maio em relação à queda verificada no mês anterior sugere que abril concentrou os mais duros efeitos da pandemia sobre a agroindústria brasileira.



SHUTTERSTOCK

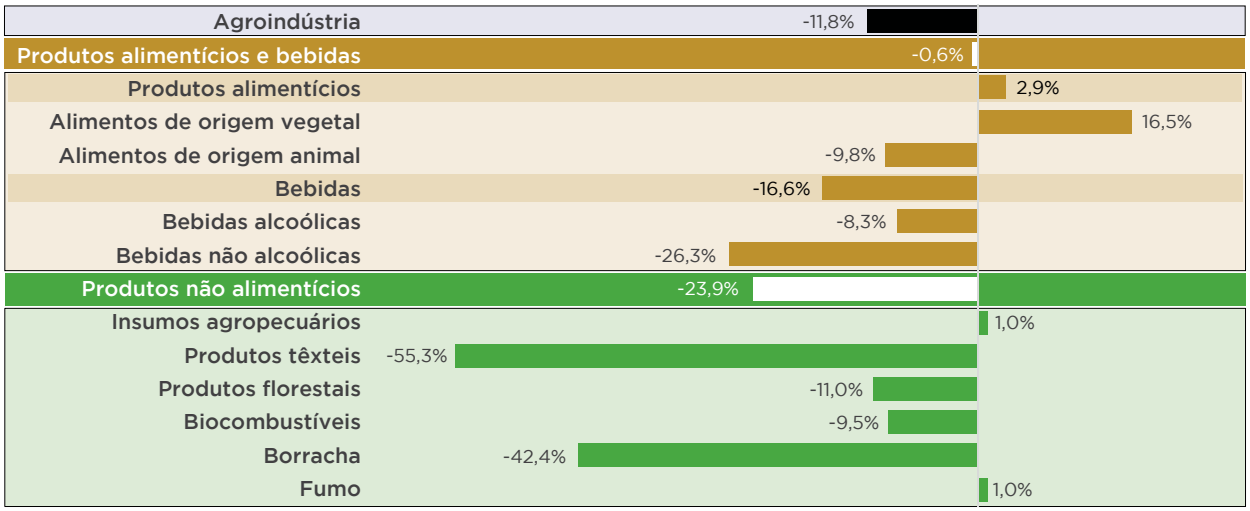
NA COMPARAÇÃO INTERANUAL, A CONTRAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FOI INTENSA

No entanto, apesar da expansão na comparação mensal, o setor agroindustrial continua operando em um ritmo inferior àquele registrado no ano anterior. Na comparação interanual (isto é, maio de 2020 em relação ao mesmo mês de 2019), a contração da produção agroindustrial foi de -11,8%. Esse foi o mês com a segunda mais intensa queda para essa base de comparação, ficando atrás somente de abril de 2020 (-16,8%).

A produção agroindustrial foi puxada para baixo, principalmente, pelo segmento de produtos não alimentícios, que registrou uma queda de 23,9%, uma vez que o segmento de produtos alimentícios e bebidas ficou praticamente estagnado (-0,6%).

No segmento de produtos não alimentícios, houve uma contração quase generalizada entre os setores, ficando o destaque negativo com o setor de produtos têxteis, que apresentou uma retração de 55,3% em relação ao mesmo mês de 2019. Além disso, os setores de borracha (-42,4%), produtos florestais (-11,0%) e biocombustíveis (-9,5%) registraram fortes contrações no mês. Em contrapartida, os únicos setores dentro do segmento de produtos não

VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO FÍSICA DA AGROINDÚSTRIA E DE SEUS SEGMENTOS, SETORES E SUBSETORES
(MAIO DE 2020 EM RELAÇÃO A MAIO DE 2019)



Fonte: IBGE; elaboração: FGV Agro

alimentícios que apresentaram crescimento de sua produção física foram os de insumos agropecuários e de fumo, cada um deles tendo crescido 1,0% em relação a maio de 2019.

O segmento de produtos alimentícios e bebidas, por sua vez, é composto de setores que apresentaram dinâmicas heterogêneas em maio último. Enquanto o setor de produtos alimentícios registrou um crescimento de 2,9%, o de bebidas contraiu-se 16,6% na comparação interanual. Detalhando ainda mais esses setores, constata-se que a expansão do setor de produtos alimentícios foi puxada exclusivamente pelo aumento do subsetor de alimentos de origem vegetal, que se expandiu em 16,5%, uma vez que o subsetor de alimentos de origem animal sofreu uma retração de 9,8%. No setor de bebidas, no entanto, a queda foi disseminada entre os seus subsetores, com bebidas alcoólicas e bebidas não alcoólicas retraindo, respectivamente, 8,3% e 26,3%.

COMO A AGROINDÚSTRIA DEVERÁ FECHAR O ANO DE 2020?

Apesar da expansão da produção agroindustrial em relação a abril último (de 3,8%), na análise do acumulado do ano (isto é, de janeiro a maio de 2020 em relação ao mesmo período de 2019), a agroindústria registra uma retração de 6,9%.

Ambos os principais segmentos (produtos alimentícios e bebidas e produtos não alimentícios) puxaram a agroindústria para baixo, sendo que o primeiro se contraiu 1,4% e o segundo apresentou uma queda de 12,9%. O único grande setor que tem conseguido crescer, nessa base de comparação, apesar da crise gerada pela pandemia de COVID-19, é o de produtos alimentícios (isto é, excluindo-se bebidas), que se expandiu 2,6% no acumulado no ano.

Diante desse contexto, espera-se que os meses seguintes sejam melhores para a agroindústria do que abril e maio últimos.

Para o fim deste ano, a expectativa é de uma queda de 7,0% na produção da agroindústria em relação a 2019, sendo que ambos os principais segmentos devem contribuir negativamente para esse número. Em relação ao segmento de produtos alimentícios e bebidas, espera-se uma contração de 2,7% e, em relação ao segmento de produtos não alimentícios, a queda esperada é de 11,6% no ano.

É importante salientar que, embora a contração verificada na agroindústria seja expressiva (-6,9% no acumulado do ano), ela é bem menos intensa do que as quedas registradas pelos demais tipos de indústria, uma vez que a indústria geral e a de transformação registraram quedas de, respectivamente, 11,2% e 12,3% no acumulado do ano.

Assim, de modo geral, a agroindústria, apesar de não estar passando ilesa pela crise, tem conseguido, em média, ser impactada de forma menos intensa do que os demais segmentos industriais. Isso se deve, sobretudo, à maior essencialidade dos produtos da agroindústria (principalmente produtos alimentícios) em comparação aos demais tipos de bens industriais. ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

EXPECTATIVA DE RESULTADO PARA A SOJA NA SAFRA 2020/21

RAFAEL RIBEIRO*

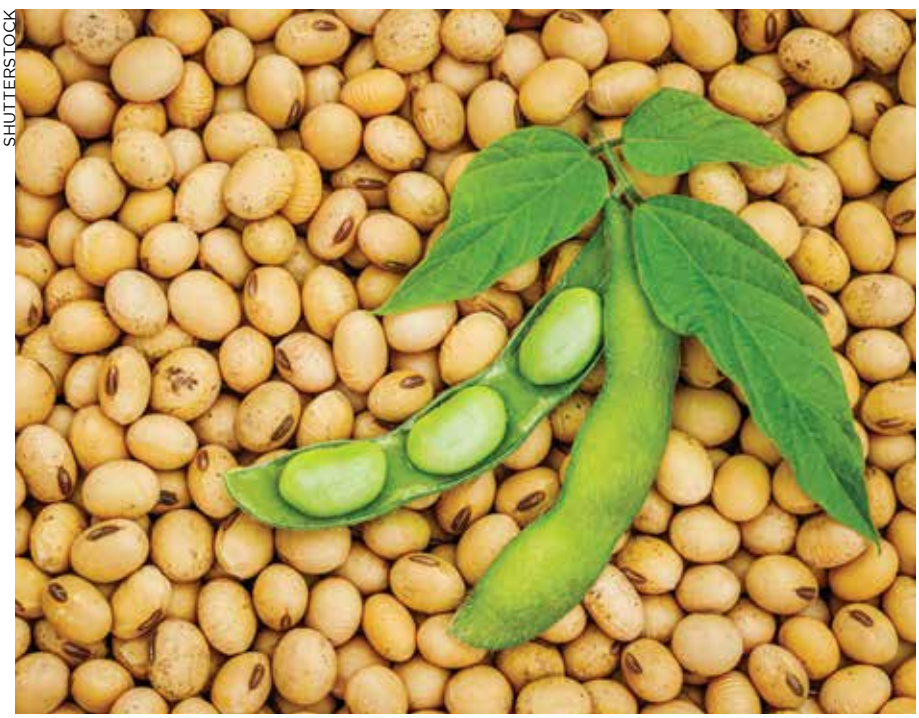
O produtor que vendeu a produção com antecipação pode garantir um bom resultado na safra 2020/21. Em comparação à safra anterior, o lucro pode ser cerca de 37% superior em Mato Grosso e 15% superior no Paraná.

OS RESULTADOS econômicos da produção de soja serão melhores na safra 2020/21 frente à safra 2019/20, cujos resultados também foram bons. O câmbio e a demanda deverão ser os principais direcionadores das cotações no mercado brasileiro.

Apesar de haver muita "água para correr" até a colheita da próxima safra, as simulações realizadas mostram a importância do monitoramento do mercado e da gestão adequada da comercialização a fim de maximizar os resultados. O agricultor precisa estar atento às oportunidades e conhecer as ferramentas de trava de preços.

Essa questão ganha ainda mais importância nos momentos de crise e incerteza como o experimentado pelo mundo com a pandemia do novo coronavírus. Independentemente dos acontecimentos, uma boa parcela dos produtores de soja no Brasil já garantiu preços satisfatórios para a próxima safra. Agora, a questão é seguir monitorando o clima e a semeadura a partir de meados deste segundo semestre.

SHUTTERSTOCK



ALTA DAS COTAÇÕES EM 2020

O mercado de soja no Brasil não sentiu os efeitos da pandemia do novo coronavírus, e os preços atingiram os maiores valores nominais. Segundo um levantamento da Scot Consultoria, a saca de 60 quilos chegou a ser negociada por R$ 117,00 em meados de julho último, cerca de 50% acima do registrado em igual período do ano passado. O único momento de queda nas cotações neste ano foi quando o dólar caiu fortemente, em meados de maio, mas ele se recuperou na sequência, puxando para cima as cotações.

A disparada nos preços fez aumentar o ritmo de comercialização antecipada da soja 2019/20. Em Mato Grosso, em fevereiro, quando a colheita começava a ganhar força, 67,9% da cultura já havia sido negociada para entrega após a colheita. Em meados de julho, a parcela da produção já comercializada subiu para 95,8%, segundo dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

Os patamares elevados de preços, inclusive, fizeram avançar a comercialização antecipada da soja 2020/21, cuja

semeadura se concentra em setembro e outubro. Quase metade da produção de soja prevista já está com o preço de venda travado.

POR QUE AS COTAÇÕES SUBIRAM

Além da forte valorização do dólar, a demanda aquecida para atender os pedidos de exportação à China deu sustentação aos preços em reais. Isso ocorreu mesmo durante o período de colheita e os primeiros meses do surto de COVID-19, quando houve uma forte queda na demanda interna por combustíveis e, consequentemente, pelo grão para produção de biodiesel.

Mais recentemente, com a flexibilização das medidas de isolamento e a reabertura gradual da economia, aumentou a demanda interna pelas indústrias esmagadoras, o que tem contribuído para a retomada das altas de preços.

Com relação às compras da China, a estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) é de que o país asiático importe 96,00 milhões de toneladas de soja em grão na temporada atual, frente aos 82,54 milhões de toneladas importados no ciclo anterior.

Além da boa competitividade da soja brasileira, o País ainda se beneficia da guerra comercial entre os chineses e os norte-americanos. De janeiro a junho, o Brasil exportou 60,35 milhões de toneladas de soja, com um faturamento de US$ 20,53 bilhões. A China respondeu por 72% dessa receita.

RESULTADOS ECONÔMICOS PARA 2020/21

Para estimar os resultados econômicos da produção de soja em Mato Grosso na safra 2019/20, considerou-se o preço médio de venda em Rondonópolis entre julho de 2019 e junho de 2020. Os demais parâmetros considerados estão na tabela. Com isso, o lucro médio do produtor de soja é estimado em R$ 1.381,24 por hectare. Se considerarmos o preço médio da saca em junho deste ano, de R$ 98,70 na região, o resultado seria de R$ 2.341,40 por hectare. Lembramos que, nas últimas semanas de julho, a saca estava sendo negociada por R$ 108,00 na região. Ou seja, os resultados podem ter sido ainda melhores a depender da negociação.

Por sua vez, no Paraná, o lucro médio é estimado em R$ 1.861,37 por hectare de soja em 2019/20 considerando os preços da região de Campo Mourão.

Para 2020/21, foi considerado o preço médio de venda de janeiro a julho de 2020, e, no caso de Mato Grosso, quase metade da safra já foi negociada antecipadamente. Assim, os preços médios projetados para a próxima temporada são 15,3% e 14,2% maiores, respectivamente, em Mato Grosso e no Paraná. Já com relação às produtividades médias das lavouras, a estimativa é de queda de 2,8% e 4,8% respectivamente. Os custos de produção serão maiores devido ao peso do câmbio sobre as cotações dos insumos. ■

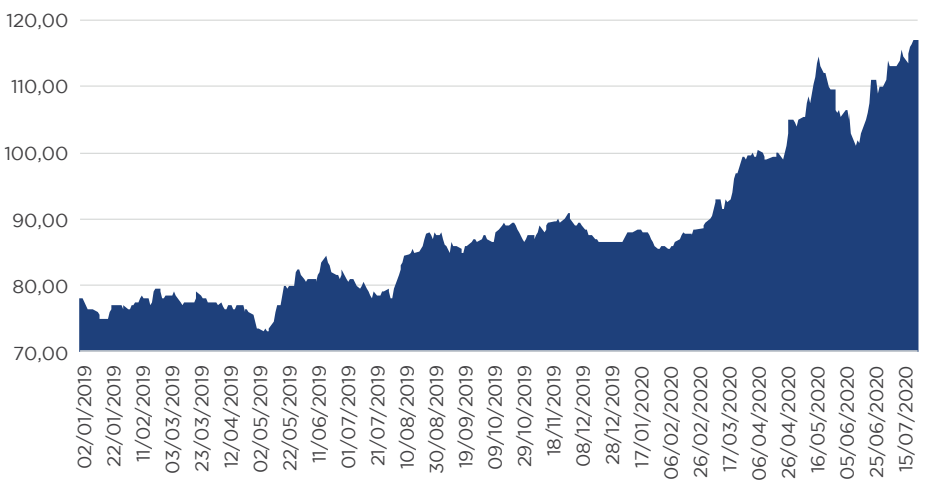
RESULTADOS ECONÔMICOS DA SOJA

RONDONÓPOLIS-MT	2019/20	2020/21
Custos de produção (R$/hectare)	3.497,69	3.574,92
Produtividade média (sacas/hectare)	59,16	57,48
Preço médio de venda (R$/saca)	82,47	95,08
Receita (R$/hectare)	4.878,93	5.465,20
LUCRO (R$/HECTARE)	**1.381,24**	**1.890,28**

CAMPO MOURÃO-PR	2019/20	2020/21
Custos de produção (R$/hectare)	3.539,67	3.736,28
Produtividade média (sacas/hectare)	63,03	60,00
Preço médio de venda (R$/saca)	85,69	97,82
Receita (R$/hectare)	5.401,04	5.869,20
LUCRO (R$/HECTARE)	**1.861,37**	**2.132,92**

Fonte: Scot Consultoria; IMEA; Deral

PREÇOS DA SOJA EM GRÃO EM PARANAGUÁ-PR
(EM R$ POR SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Scot Consultoria

*Zootecnista da Scot Consultoria

COVID-19: UM NOVO DESAFIO PARA O CELEIRO DO MUNDO

SAULO PIO LEMOS NOGUEIRA*

Em meio à pandemia do novo coronavírus, uma dúvida que preocupa os exportadores agrícolas é: essa pandemia causará prejuízos ou criará oportunidades de exportação?

A CONTAMINAÇÃO da população e o isolamento social imposto como forma de conter a pandemia de COVID-19 prejudicaram diversas cadeias de produção mundo afora. No entanto, o vírus está tendo um impacto menor sobre a produção agrícola em geral, inclusive sobre a brasileira. Por ser um dos maiores produtores globais de alimentos, o Brasil tem mostrado a sua capacidade de alimentar os brasileiros e exportar, tornando-se, assim, um aliado importante de muitos países.

O chamado "celeiro do mundo" não enfrenta o dilema de escolha entre alimentar a sua população e exportar. No entanto, alguns países exportadores de alimentos podem enfrentar esse impasse, com consequências para o comércio internacional. A tabela a seguir traz medidas tomadas nesse sentido por alguns países. A probabilidade de outros países copiarem tais políticas comerciais é proporcional à duração da pandemia.

Um dos argumentos usados por países desenvolvidos que protegem seus mercados agrícolas é que depender da importação de alimentos pode ser um risco, especialmente em momentos de pandemia ou guerra e que, portanto, eles precisam ter capacidade de produzir alimentos. Esse é um dos argumentos para as políticas de subsídios e as barreiras às importações agrícolas. Assim, neste momento, é estratégico para o Brasil evitar a interrupção nas exportações ou abusar no preço.

MEDIDAS DE RESTRIÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES

Rússia	Aprovação de lei que permite restringir as suas exportações agrícolas a qualquer momento.
Cazaquistão e Ucrânia	Estabelecimento de cotas de exportação de trigo.
Vietnã	Restrição da exportação de arroz (é o terceiro maior exportador do mundo).
Turquia, Índia e Egito	Proibição da exportação de limão, arroz e legumes.

Em abril, o G20 emitiu uma declaração reforçando a importância da cooperação durante essa crise global e convocando todos os países a manterem suas fronteiras abertas para os alimentos e os produtos médicos. Mas cabe lembrar que as declarações do G20 durante a crise financeira global de 2009 não impediram vários países de aplicarem políticas comerciais protecionistas. As regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) permitem que os países-membros adotem medidas para proteger suas populações em situações críticas ou de ameaças.

CONTRA A IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

Mesmo se nenhum país reduzir ou restringir suas exportações de alimentos, os grupos de interesses protecionistas dos países desenvolvidos pressionarão por políticas internas generosas para garantir a produção nacional de alimentos.

Uma campanha iniciada em março na França prioriza a compra de alimentos de agricultores franceses em vez de importados. A ação teve a adesão de redes de supermercado nacionais. Nos Estados Unidos, o setor de carnes fez uma empreitada contra as carnes importadas durante a pandemia. A China intensificou o controle sanitário nas importações de carnes, inclusive de uma planta da Tyson Foods nos Estados Unidos, por conta de novos casos do novo coronavírus.

A autossuficiência na produção de alimentos seria a nova bandeira dos agricultores dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão para os próximos anos. Se esse movimento se concretizar, grande parte do trabalho de vários países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, no avanço das negociações da Rodada de Doha (OMC), quanto aos limites de subsídios agrícolas, seria perdida. Dada a inevitabilidade dessa onda de 'nacionalização do fornecimento de alimentos', a atuação e a liderança do Brasil nos próximos meses e anos serão imprescindíveis para combater esse novo protecionismo. ■

*Sócio da Acesso Internacional e assessor de Acesso a Mercados da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas)



NOVOS AVANÇOS PARA O AGRONEGÓCIO PAULISTA



Edivaldo Del Grande
Coordenador do Fórum Paulista do Agronegócio, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/SP)

No dia 8 de julho, numa reunião virtual, tomei posse como novo coordenador do Fórum Paulista do Agronegócio, sob a atenção de reconhecidas lideranças do agro. Para mim, é um grande e gratificante desafio assumir a condução do Fórum e representar 42 entidades dos mais variados setores da cadeia produtiva agropecuária. Grande desafio porque, apesar da vocação do País, ainda não valorizam a nossa agropecuária como deveriam. E gratificante o desafio porque tudo o que fazemos no Fórum contribui para melhorar a vida do homem do campo e de todas as pessoas que vivem da agropecuária paulista.

O Fórum tem estreita relação com a Frente Parlamentar do Agronegócio Paulista (SP Agro), hoje presidida pelo deputado Itamar Borges. Monitoramos os projetos de lei relativos ao agro na Assembleia Legislativa e, por meio de estudos e análises de gabaritados grupos técnicos, subsidiamos de informações a Frente Parlamentar, para que possa nos defender com sólidos argumentos na casa das leis.

Pela representatividade do Fórum, conseguimos também uma interlocução mais efetiva com o Executivo estadual. Neste momento, tratamos de ajustes no decreto do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Também já solicitamos providências para que haja recursos disponíveis para a subvenção do seguro da safra de verão e explicações sobre a transferência de recursos de fundos especiais, principalmente do Feap, para uma conta única do tesouro estadual, o que pode prejudicar a continuidade de programas importantes para a nossa agropecuária.

Entre outras tantas demandas urgentes, ainda este ano queremos dar encaminhamento a outros pontos sensíveis com o governo, como nos casos dos créditos de ICMS, renovação do Convênio 100 do Confaz e manutenção da Lei Kandir, reforma tributária, taxas de licenciamento ambiental, defesa sanitária, priorizando questões que acelerem a retomada plena das atividades e a saída da crise gerada pela pandemia.

Não poderia deixar de agradecer o empenho de meu antecessor, Ariel Mendes, que conduziu a etapa inicial impulsionando as ações do Fórum num esforço conjunto com as entidades integrantes. Destaco ainda a sintonia que observamos de vários parlamentares com os propósitos e as demandas do Fórum, como Itamar Borges, Fernando Cury, Barros Munhoz, Arnaldo Jardim e Geninho Zuliani.

Tenho consciência da responsabilidade que a função traz. Assumo para conquistarmos novos avanços ao agronegócio paulista e quero contar com a colaboração de todas as entidades. O desafio é enorme, mas conseguiremos sucesso na proporção de nossa união para tal empreitada.

MOMENTO PODE SER OPORTUNO PARA A AQUISIÇÃO DE TERRAS

RAFAEL RIBEIRO*

A crise econômica e as incertezas oriundas da pandemia de COVID-19 mudaram a situação conjuntural no mercado de terras, praticamente paralisando os negócios desde o início da crise. Nesse sentido, para os próximos meses, a expectativa é de baixa procura por terras para compra no País.

AS MEDIDAS de isolamento social adotadas como forma de conter a pandemia de COVID-19 trouxeram uma grande insegurança em relação ao futuro da economia, o que, por sua vez, impactou o mercado de terras, praticamente paralisando os negócios ao menos neste momento de incerteza.

No entanto, apesar da previsão de forte retração da economia, os números positivos de algumas atividades agropecuárias, como soja e milho, e a baixa volatilidade nos preços das terras, devido à baixa procura, podem fomentar negócios pontuais. Pode ser o momento oportuno para investidores capitalizados realizarem boas aquisições.

Em contraponto, o mesmo cenário favorável para algumas *commodities* poderá impulsionar os negócios com arrendamentos.

Além disso, uma provável injeção de investimentos para o período pós-crise por parte do Governo, com o intuito de acelerar a recuperação econômica, pode alavancar o mercado de terras em 2021/22.

PREÇOS DE TERRAS

Em 2020, o mercado de terras começou com um aumento na procura e expectativas positivas em relação aos anos anteriores, que foram de baixa liquidez e preços andando de lado. Com os bons resultados obtidos e a melhoria da atratividade de alguns setores – como, por exemplo, o de soja –, somados à queda na taxa básica de juros (Selic), os investidores ficaram animados.

Para exemplificar, em Paranaguá-PR, a saca de 60 quilos de soja atingiu R$ 116,00



SHUTTERSTOCK

PREÇOS MÉDIOS DAS TERRAS COM PASTAGENS E AGRICULTURA (R$/HECTARE)

REGIÕES/ESTADOS	2019*		2020**		Variação	
	PASTAGENS	AGRICULTURA	PASTAGENS	AGRICULTURA	PASTAGENS	AGRICULTURA
NORDESTE						
Bahia	3.700	5.684	3.700	5.800	0,0%	2,0%
Maranhão	3.060	6.450	3.200	6.750	4,6%	4,7%
Pernambuco	8.975	11.900	9.175	11.950	2,2%	0,4%
Piauí	2.150	4.867	2.150	4.900	0,0%	0,7%
NORTE						
Pará	4.083	5.317	4.200	5.400	2,9%	1,6%
Rondônia	4.525	5.800	4.525	5.825	0,0%	0,4%
Tocantins	4.663	6.325	4.700	6.400	0,8%	1,2%
CENTRO-OESTE						
Goiás	10.033	17.550	10.150	17.900	1,2%	2,0%
Mato Grosso	5.175	12.663	5.200	12.900	0,5%	1,9%
Mato Grosso do Sul	7.670	19.363	7.950	19.900	3,7%	2,8%
SUDESTE						
Espírito Santo	11.160	14.740	11.300	14.980	1,3%	1,6%
Minas Gerais	8.242	12.975	8.400	13.100	1,9%	1,0%
Rio de Janeiro	10.260	12.640	10.260	12.640	0,0%	0,0%
São Paulo	21.154	29.320	21.400	30.160	1,2%	2,9%
SUL						
Paraná	12.810	28.980	12.830	29.250	0,2%	0,9%
Rio Grande do Sul	8.686	22.115	8.800	22.200	1,3%	0,4%
Santa Catarina	14.540	31.780	14.000	33.150	-3,7%	4,3%

*Referência: fevereiro de 2019; **referência: abril de 2020
Fonte: Scot Consultoria

CLASSES DE CAPACIDADE DE USO DA TERRA

O valor da terra no mercado varia segundo a capacidade de uso das terras, que se dividem em grupos:

- Grupo A: as propícias para qualquer tipo de uso;
- Grupo B: as impróprias para cultivo intensivo e que suportam cultivos, pastagens e reflorestamentos, mas com restrições;
- Grupo C: as impróprias para qualquer tipo de cultivo e que são utilizadas para proteção ambiental ou turismo.

em maio e novamente em julho – uma valorização de 34,1% no acumulado desde janeiro. Em relação à taxa Selic, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), ocorrida em 17 de junho último, a taxa foi reduzida mais uma vez, atingindo 2,25% ao ano. Esse é o menor patamar desde o início da sua série histórica, em 1996.

O aumento das consultas nos primeiros meses do ano, antes da pandemia, colaborou com o quadro de preços firmes ou, até mesmo, com aumentos de preço, ainda que o volume de negócios tenha sido tímido no mercado de terras.

Em Goiás, por exemplo, no final de abril, as terras para pastagens estavam cotadas em R$ 10.150 por hectare e aquelas para agricultura em R$ 17.900 por hectare – uma valorização de, respectivamente, 1,2% e 2,0% em relação a fevereiro de 2019, data de conclusão do levantamento.

É importante ressaltar que os números apresentados aqui se referem a valores médios de preços de terra, ou seja, no mercado, os preços podem variar bastante dependendo da classe de capacidade de uso da terra (como se pode ver no *box*). Por exemplo, no município de Cascavel-PR, o preço do hectare pode variar em mais de dez vezes dependendo da qualidade (classe de capacidade de uso) da terra. ■

*Zootecnista da Scot Consultoria

A BUSCA POR MOBILIDADE DE ELEVADA EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENTAL

PLINIO M. NASTARI*

Um estudo da Universidade de Harvard, nos EUA, conclui que pessoas que vivem em regiões com altos níveis de poluição do ar têm mais chance de morrer em decorrência da COVID-19. O estudo analisou a ligação entre a exposição de longo prazo e a poluição do ar por partículas finas. No Brasil, o uso de biocombustíveis ajuda na redução da poluição gerada por material particulado e outros poluentes.

POLÍTICAS PÚBLICAS nas áreas de energia e meio ambiente têm buscado instrumentos que fomentem o aumento da eficiência energética e o controle da emissão de poluentes de impactos local e global. Embora não exista um consenso sobre a forma de medir todas as variáveis envolvidas – o que se explica mais por interesses comerciais do que desafios científicos –, há um crescente reconhecimento de que se deve medir esses efeitos de forma completa, e não parcial. Quase toda semana, surge uma nova notícia sobre avanços tecnológicos relacionados à produção e à durabilidade de baterias. Esses desenvolvimentos são necessários, mas não devem ofuscar o fato de que as baterias são armazenadoras de energia e equivalem ao tanque de combustível dos atuais veículos. Baterias não podem ser confundidas com a energia que armazenam, para a qual a maneira de produzir, armazenar e distribuir é o que conta.

Em tempos de pandemia, cresce a compreensão sobre o valor da qualidade dos produtos consumidos. Em energia para transporte, cresce a percepção quanto à importância do seu impacto sobre a qualidade do ar, afinal a pandemia atual, assim como a gripe espanhola do século passado, relaciona-se com uma deficiência pulmonar que é impulsionada pela poluição atmosférica. Um estudo recente conduzido pela Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard concluiu que pessoas com COVID-19 que vivem em regiões dos EUA com altos níveis de poluição do ar têm mais chance de morrer da doença do que pessoas que vivem em áreas menos poluídas.

Esse é o primeiro estudo analisando a ligação entre a exposição de longo prazo à poluição do ar por material particulado fino (MP2,5) e o risco de morte por COVID-19 nos Estados Unidos. O



SHUTTERSTOCK

material particulado fino é gerado, em grande parte, pela combustão de combustíveis fósseis em veículos, refinarias e usinas geradoras de energia à base de carvão e outras energias fósseis.

O estudo analisou mais de 3.000 municípios em todo o país, comparando os níveis de poluição atmosférica particulada fina à contagem de mortes pelo novo coronavírus em cada área. Ajustando para o tamanho da população, o número de leitos hospitalares disponíveis, o número de pessoas testadas para COVID-19, clima e variáveis socioeconômicas e comportamentais, como obesidade e tabagismo, os pesquisadores descobriram que um pequeno aumento na exposição a longo prazo ao MP2,5 leva a um grande aumento da taxa de mortalidade por COVID-19.

O estudo descobriu, por exemplo, que alguém que vive há décadas em um município com altos níveis de poluição por MP2,5 tem 8% mais probabilidade de morrer de COVID-19 do que alguém que vive em uma região que possui apenas 1 micrograma por metro cúbico a menos desse poluente.

Francesca Dominici, autora principal desse estudo, publicado em um artigo no New York Times em 7 de abril, sugere que os municípios com níveis mais altos de poluição "são os que enfrentarão maior número de hospitalizações, maior número de mortes e onde muitos dos recursos devem ser concentrados". Essas descobertas indicam a importância de se continuar a impor os regulamentos de poluição do ar existentes para proteger a saúde humana durante e após a crise da COVID-19, mas o fazendo de forma completa, e não parcial. Não adianta pretender controlar a níveis inatingíveis a emissão dos canos de escape e deixar sem controle a emissão relacionada à geração, ao armazenamento e à distribuição de energia, que precisa ser considerada de forma conjunta. O desenvolvimento e a aplicação de tecnologias utilizando sistemas de elevada eficiência energética e baixo impacto ambiental devem ser estimulados e fomentados, usando a forma de medir correta.

No Brasil, o uso em mobilidade de biocombustíveis em conjunto com combustíveis tradicionais tem sido um fator relevante de redução da poluição gerada por MP2,5 e outros poluentes. A Engenharia nacional desenvolveu tecnologias para utilizá-los de forma eficiente – com grandes valores estratégico, econômico e ambiental – e que precisam ser reconhecidas e intensificadas. ■

*Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)



CADEIA PRODUTIVA DE BOVINOS NO CENÁRIO 2040

GUILHERME CUNHA MALAFAIA*

Com o objetivo de subsidiar a definição de agendas estratégicas para a cadeia produtiva de carne bovina do Brasil, a Embrapa Gado de Corte, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), realizou um estudo para identificar as tendências para os próximos vinte anos.

NAS ÚLTIMAS quatro décadas, a cadeia produtiva de carne bovina sofreu uma modernização revolucionária, sustentada por avanços tecnológicos dos sistemas de produção e pela organização da cadeia, com um evidente reflexo na produtividade, na qualidade da carne e, consequentemente, no aumento da competitividade.

Cabe contextualizar que essa evolução esteve sempre calcada em ativos estratégicos encontrados no País, tais como condições climáticas favoráveis, disponibilidade de terras a preços baixos, oferta abundante de mão de obra, tecnologia de produção adaptada às condições do País, entre outros. Esse conjunto determinou, de certa forma, a alavancagem da competitividade desse setor.

Entretanto, na última década, percebeu-se um movimento crescente de deterioração desses ativos, decorrente de uma forte pressão de custos. Isso derivou do grande aumento da remuneração, da escassez do fator de produção mão de obra, da valorização das terras e das crescentes restrições socioambientais.

Essa nova realidade induz as organizações aos desafios de desenvolverem e aprimorarem processos, métodos, sistemas, produtos e serviços. A modernização dos conceitos promove eficiência e competitividade na cadeia produtiva. Simultaneamente, há preservação do meio ambiente e redução das desigualdades sociais e econômicas. Esses movimentos demandam grande complexidade e enorme capacidade de adaptação.

Considerando essas constantes transformações, com o objetivo de subsidiar a definição de agendas estratégicas públicas e privadas, o Centro de Inteligência da Carne (Cicarne) da Embrapa Gado de Corte, em parceria com o MAPA, realizou um amplo e complexo estudo sobre o futuro da cadeia produtiva de carne bovina no Brasil para os próximos vinte anos.

O trabalho contemplou os resultados do monitoramento do ambiente externo, com a apresentação de informações estratégicas para um conjunto de dez sinais e megatendências de impacto. Eles são entendidos como vetores de transformação fortemente interligados capazes de influenciar os passos da cadeia produtiva futura da pecuária. Serão movimentos importantes de transformação nos próximos vinte anos.

Para manter e ampliar a sua posição de liderança no cenário mundial, alguns desafios serão enfrentados por toda a cadeia de produção de carne bovina. O mercado consumidor movimentar-se-á em duas direções. A primeira, mais óbvia, será a do crescimento, oriundo de novos mercados, em especial na Ásia. A segunda, no sentido da sofisticação, está relacionada a cortes diferenciados e produtos de origem denominada, que irão abrir novas oportunidades de geração de valor no mercado.

O maior grau de exigência do consumidor servirá como grande gatilho transformador da atividade. A concorrência com outras fontes de proteína também forçará a cadeia a melhorar os métodos de produção. O bem-estar animal será mandatório, da cria ao abate, por questões econômicas.

A inovação digital será uma das duas maiores forças disruptivas para o mercado nas próximas duas décadas e servirá de força catalisadora no processo de transformação da cadeia, injetando gestão e inteligência na atividade. A inovação digital aproximará o elo produtor do consumidor e terá um papel central na certificação, na rastreabilidade e na qualidade do produto carne.

De intensidade elevada, a busca por soluções sustentáveis transformará a indústria de insumos. Soluções biológicas irão ocupar um espaço importante no manejo. A biotecnologia impactará desde o manejo na propriedade rural até a industrialização do produto final para chegar à mesa dos consumidores. Junto à digitalização, a biotecnologia representará a grande mola propulsora das transformações.

O choque social terá um papel relevante – como não conseguirão se adaptar,



Mais de **95% DAS NASCENTES**
em propriedades rurais de
Mato Grosso estão preservadas.

Acesse:

www.aprosoja.com.br

e saiba mais sobre o projeto
Guardião das Águas.

Aprosoja MATO GROSSO

15 anos

GUARDIÃO DAS ÁGUAS

muitos pecuaristas deixarão a atividade. A escala de produção influenciará o resultado do empreendimento. Como haverá um apagão da mão de obra, formar e reter profissionais qualificados na atividade pecuária passará a ser uma grande prioridade para o empresário rural.

A concorrência imporá o desenvolvimento de gestores bons e sucesso. Produziremos mais carne em menos área com a liberação de terras para a agricultura e a silvicultura. Ocuparemos espaços no cenário internacional diante de uma maior exportação de desde serviços e materiais genéticos a produtos altamente especializados e de elevado valor agregado. Haverá uma pecuária com alta tecnologia profissional, competitiva e referência global não só em termos de grandiosidade, mas também por competência e qualidade.

Por fim, cabe mencionar os altos graus de incerteza e complexidade apresentados pelos estudos de futuro. Fica, portanto, impossível saber o que ocorrerá de fato, principalmente quando se trabalha com horizontes temporais distantes. Tendências e eventos podem ser alterados de forma inusitada, com o surgimento de mudanças provocadas por inovações de forma substancial daquilo que foi desenhado. Daí a importância de sempre se olhar para o futuro com o objetivo de se subsidiarem decisões no presente. ■

MEGATENDÊNCIAS PARA 2020 NA CADEIA PRODUTIVA DE CARNE BOVINA

- Produtos biológicos à frente no manejo do processo de baixo resíduo;
- Biotecnologia na transformação da pecuária e da carne;
- Menos pasto e mais gado;
- Lucro apenas com o bem-estar animal;
- Pecuária consolidada com grandes *players*;
- Produção mais natural e frigoríficos exigentes em qualidade;
- Carne com denominação de origem;
- Megaexportação do Brasil em carne e genética;
- Transformação digital na cadeia produtiva;
- Apagão da mão de obra.

Fonte: Cicarne/Embrapa Gado de Corte (2020)

*Pesquisador da Embrapa Gado de Corte



SHUTTERSTOCK

FATORES QUE INTERFEREM NA MICROBIOTA DO LEITÃO

JEFFERSON BASTOS ALVES
Consultor de serviços técnicos na linha de suínos da Agroceres Multimix

O LEITÃO na fase intrauterina possui o trato gastrointestinal (TGI) estéril, iniciando-se a colonização bacteriana logo ao nascimento, quando o animal entra em contato com os microrganismos da mucosa vaginal da porca (BERTECHINI & HUSSAIN, 1993), sofrendo, naturalmente, alterações subsequentes. Segundo Ducluzeau (1983), após dez a doze horas do nascimento, o leitão apresenta 10^8 a 10^9 unidades formadoras de colônia de microrganismo por grama de fezes.

A microbiota diferencia-se, ao longo dos segmentos do TGI, em quantidade e tipo de bactérias e é influenciada por pH, disponibilidade de substratos, secreção de muco, peristaltismo e tempo de trânsito do conteúdo digerido (HEO *et al.*, 2012).

A maior prevalência de microrganismos está na região caudal do intestino, com predomínio no intestino grosso. Essa maior proporção para tais segmentos está relacionada com ambiente anaeróbico, temperatura, velocidade de passagem da digesta e pH mais básico em comparação ao que há no intestino delgado. Nessa porção, já foram descritas cerca de quinhentas espécies diferentes de microrganismos. Em uma microbiota normal e equilibrada, prevalecem os gêneros *Streptococcus*, *Lactobacillus*, *Bifidobacterium*, *Enterococcus*, *Eubacterium*, *Fusobacterium*, *Peptostreptococcus*, *Enterobacter*, *Bacteroides* e *Porphyromonas* (VONDRUSKOVA *et al.*, 2010).

SHUTTERSTOCK



Algumas bactérias dos gêneros *Lactobacillus* e *Bifidobacterium* também são importantes para a acidificação do TGI e a proteção contra o crescimento de microrganismos patogênicos. Esses representam dois dos principais gêneros pertencentes à microbiota intestinal de leitões durante o aleitamento e são caracterizados como bactérias ácido-láticas (EVERAERT *et al.*, 2017).

O gênero *Lactobacillus* é comumente encontrado na porção aglandular do estômago, em função do baixo pH, e se espalha pelo intestino delgado (VONDRUSKOVA *et al.*, 2010). Danielson *et al.* (1989) relataram que o *Lactobacillus* pode inibir a colonização e a multiplicação de *Escherichia coli* por meio de bloqueios de receptores intestinais e secreção de metabólitos tóxicos. Além disso, por meio da fermentação da lactose disponível no leite da porca, produz-se o ácido lático, que é a principal fonte de acidificação do TGI dos leitões, protegendo-os contra patógenos que não toleram o meio mais acidificado (RAVINDRAN & KORNEGAY, 1993). Porém, altas concentrações de ácido lático no estômago tendem a inibir a secreção de ácido clorídrico (HCl) (LAWLOR *et al.*, 2005), um fator limitante do processo digestivo na fase pós-desmame, como relataram Heo *et al.* (2012).

Kubasova *et al.* (2017) correlacionaram positivamente a abundância de *Lactobacillus* com a concentração de lactose no aleitamento e negativamente com a concentração de *Clostridium, Streptococcus, Escherichia, Enterococcus* e *Staphylococcus*. Porém, esses gêneros cresciam conforme aumentavam as concentrações de proteínas na dieta (após o desmame), apontando que a microbiota intestinal é modulada pelo aleitamento, ocorrendo redução da infecção bacteriana e aumento de doenças entéricas.

A microbiota intestinal mantém-se relativamente estável até o desmame (PLUSKE *et al.*, 2002), porém a secreção ácida, insuficiente. Em adição a todos os fatores estressantes pelos quais os leitões passam no desmame, pode gerar, na maioria dos casos, desequilíbrio da microbiota intestinal (RAVINDRAN & KORNEGAY, 1993; HEO *et al.*, 2012).

Frente a esse contexto, há estratégias nutricionais que fornecem proteção para o leitão recém-desmamado, atuando na modulação da microbiota. Níveis de inclusão de 20% de lactose total, frente a 10% de lactose total na dieta nas primeiras duas semanas pós-desmame, mostram resultados significativos na redução do pH e da quantidade de *Salmonella* spp. no íleo, uma maior concentração de *Lactobacillus* spp. e uma redução de *E. coli* no ceco (JEONG *et al.*, 2019). ■

ESTRATÉGIAS NUTRICIONAIS NA MODULAÇÃO DA MICROBIOTA

Os ácidos orgânicos podem atuar na modulação da microbiota intestinal por meio da redução do pH do TGI e do efeito antimicrobiano específico que possuem (PARTANEN & MROZ, 1999), criando um ambiente negativo para o crescimento de microrganismos patogênicos como *E. coli* e *Salmonella* spp., que não toleram ambientes mais acidificados (SUIRYANRAYNA & RAMANA, 2015), favorecendo a colonização por bactérias ácido-láticas.

Avaliando o desempenho de leitões tratados com halquinol, além da diversidade de microbiota em leitões alimentados com dietas de alta e baixa complexidades, Rezende (2019) verificou que um maior consumo médio diário, ganho de peso diário e melhora na conversão alimentar foram obtidos no grupo de animais que receberam halquinol do começo do desmame até 49 dias. Essa melhora pode estar relacionada com a modulação da microbiota pelo promotor, visto que uma microbiota estável aumenta a eficiência alimentar dos seus hospedeiros, por melhorias no aproveitamento de nutrientes pela fermentação e inibição do crescimento de outros microrganismos potencialmente patogênicos (LITTMAN & PAMER, 2011).

Diante dos desafios da fase de creche, a adição de ingredientes que possibilitem um melhor aproveitamento dos nutrientes se faz necessária para o crescimento dos leitões, atuando no sistema imune, na regulação do pH e na modulação da microbiota intestinal. O uso de dietas de alta complexidade demanda ingredientes de fácil absorção (cereais pré-gelatinizados, derivados lácteos, probióticos, prebióticos, leveduras, plasma sanguíneo etc.) e que possibilitem os benefícios já mencionados.

Rezende (2019) observou que a comunidade microbiana esteve presente tanto com o uso de dietas de baixa complexidade, quanto com o de dietas de alta complexidade. Aos 42 dias em dietas de baixa complexidade, observou-se a prevalência dos gêneros *Eubacterium*, *Lactobacillus* e *Bacteroides*. Já aos setenta dias em dietas de alta complexidade, verificou-se a presença do gênero *Mitsuokella*. O uso de dietas de alta complexidade possibilitou níveis constantes em termos de diversidade, o que não ocorreu em dietas de baixa complexidade.

O uso de algumas ferramentas nutricionais possibilita a manutenção do equilíbrio da microbiota intestinal e, desta forma, minimiza os desafios enfrentados pelo leitão na fase de creche, garantindo um melhor desempenho zootécnico na produção.

TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS NO AGRONEGÓCIO

LUCAS SCIENCIA DO PRADO[1], LEANDRO ANGOTTI GUISSONI[2], RODRIGO LOURENÇO FARINHA[3]

O produtor rural precisa estar ciente das transformações digitais que estão ocorrendo no agronegócio e buscar conhecimento para obter vantagem competitiva desse novo cenário. Este artigo discute os pontos aos quais o profissional do setor deve estar atento a fim de elaborar a estratégia para a transformação digital do seu negócio.

É NÍTIDO o impacto dos avanços tecnológicos nas atividades de produção sobre o agronegócio, compreendendo o plantio, o monitoramento da lavoura e a colheita. Tais avanços permitem os necessários ganhos em produtividade e uma maior efetividade do agricultor. Segundo o World Government Summit 2018, a produção no campo precisa atender mais pessoas, estar preparada para as mudanças climáticas e otimizar o uso de recursos naturais. A tecnologia passa a ser um facilitador para a transformação digital dos negócios agrícolas em todos os elos da cadeia produtiva de produtos do agro e seus derivados. Ao mesmo tempo, ela demanda adequações nos modelos de negócio dessas empresas, pois são observadas mudanças nas atividades tradicionais de planejamento de cultivos, compra de insumos, práticas de manejo e comercialização.

Como resultado, há um ecossistema digital em torno do produtor rural e das companhias agrícolas composto de empresas tradicionais e *start-ups* que coexistem oferecendo ao produtor oportunidades de ganhos de tempo, de esforço e monetários.



Ao analisar as perspectivas apresentadas por diversas organizações no setor, são notadas cinco áreas de influência dos avanços digitais:

- Mais intensa comunicação, acesso à informação e utilização de mídias e redes sociais;
- Adoção acelerada da agricultura de precisão;
- Mercados digitais mudando a forma de fazer negócios;
- Biotecnologias sendo lançadas mais rapidamente e com impacto sobre o aumento da produtividade das plantas e a melhoria das práticas de manejo;
- *Smart farming* e internet das coisas (*internet of things* – IoT).

Em comum, essas áreas de influência estão relacionadas com a geração e a integração de dados em diversas áreas da fazenda, possibilitando utilizá-los para a melhoria do negócio e o alcance do potencial produtivo por meio da maior eficiência no campo seguindo novas práticas de gestão. Como exemplo, na pecuária, a partir do incremento tecnológico na fazenda, a máquina responsável em preparar a dieta dos animais (são preparadas dietas específicas para diferentes

PRINCIPAIS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS AVANÇOS DIGITAIS NA AGRICULTURA

Comunicação, informação e mídias sociais

- Produtores utilizando *smartphones* e internet nas atividades do campo;
- Maior troca de informações e aprendizados com outros produtores e revendas locais;
- Maior acesso a conteúdo e especialistas, tornando o produtor mais capacitado.

Agricultura de precisão

- Tecnologias mais práticas e acessíveis;
- Maior utilização de sensores, satélites e equipamentos de monitoramento;
- Tomadas de decisão tornando-se cada vez mais fundamentadas e analíticas.



***Smart farming* e internet das coisas**

- Integração de dados e funções de máquinas e equipamentos da fazenda;
- Expansão da utilização de inteligência artificial e análises preditivas;
- Pessoas mais capacitadas para lidar com as tecnologias, porém em menor quantidade.

Mercados digitais

- Novas gerações de produtores, mais adeptas às iniciativas digitais;
- Surgimento de mercados online, como os de insumos agrícolas, serviços e comercialização da produção;
- Mercados podem passar por desafios logísticos e regulatórios, principalmente a comercialização de defensivos.

Biotecnologia

- Tecnologias como CRISPR e RNAi* tornando o desenvolvimento de biotecnologia mais rápido e barato;
- Criação de sementes mais produtivas e resistentes às principais pragas e doenças das culturas;
- O manejo de resistência de pragas e doenças poderá ser facilitado, diminuindo a aplicação de químicos.

*CRISPR: técnica utilizada para a edição de genoma; RNAi: mecanismo de silenciamento de genes

lotes) comunica-se automaticamente com o condutor do trator, que recebe o local exato em que deverá parar para carregar a ração, assim como a rota que deverá percorrer distribuindo-a dentro do confinamento. Na agricultura, com um conjunto de equipamentos interligados e análises de dados, o produtor terá informações precisas para personalizar o tratamento do solo ou mesmo o manejo de pragas em cada talhão, com ganhos de tempo e produtividade.

AS EMPRESAS PRECISAM ESTAR ATENTAS

Neste artigo, são propostos três pontos críticos a que essas empresas precisam ficar atentas:

- O comportamento de compra do produtor, que passa a demandar uma experiência melhor, mais personalizada e qualificada em todas as interações com fornecedores de serviços, insumos, máquinas e equipamentos. Além disso, ele utiliza um conjunto de pontos de contato online e offline para acessar informações e produtos.

- Mais do que nunca, o produtor irá demandar soluções com informações e serviços agregados que possam contribuir para a produtividade, substituindo em parte modelos completamente transacionais.

- A entrada de tecnologias cria concorrentes antes não monitorados (*start-ups*, empresas de outros setores, canais de distribuição). Eles passam a competir com empresas tradicionais quanto à atenção e aos recursos dos produtores. Assim, o ponto de partida é mapear o ecossistema digital em torno de seus negócios, respondendo as seguintes questões: quais são as *start-ups* e as novas tecnologias disponíveis? Como elas funcionam? Há sinergias com o negócio? Elas oferecem possibilidades para um aumento de produtividade? Como os processos tradicionais desempenhados pelos produtores são modificados? A partir desse mapeamento, os profissionais do setor poderão elaborar uma estratégia para a transformação digital de seus negócios. ■

1 Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) – lucas.sciencia@fgv.br

2 Professor da FGV-EAESP e *research fellow* na Darden School of Business da Universidade de Virgínia (UVA) – leandro.guissoni@fgv.br

3 Mestrando na FGV-EAESP – rodrigo.farinha@fgv.br

O ACORDO UE-MERCOSUL: AS CADEIAS RESPONSÁVEIS DE PRODUÇÃO E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO



JAIME OLIVEIRA
Diretor de Public Affairs, Science and Sustainability da Bayer S.A.

EM MEADOS do ano passado, a conclusão das negociações do acordo de associação entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) fundou os pilares de diálogo político, cooperação e livre-comércio que constituirão, condicionados à ratificação por suas partes, os princípios e as regras de um mercado formado por aproximadamente 780 milhões de pessoas e correspondente a 25% do Produto Interno Bruto (PIB) global.

Em nota conjunta, publicada após o anúncio do término das negociações, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), das Relações Exteriores (MRE) e da Economia (ME) ressaltaram que a ratificação do acordo significará, para o Brasil: um incremento de US$ 87,5 bilhões do PIB nacional em quinze anos, podendo

SHUTTERSTOCK



chegar a US$ 125 bilhões; um aumento de investimentos no Brasil na ordem de US$ 113 bilhões; um aumento das exportações brasileiras para a UE em quase US$ 100 bilhões até 2035; e o acesso de empresas brasileiras ao mercado de licitações da UE, estimado em US$ 1,6 trilhão, por meio de compras públicas. Esse potencial impacto, em um mundo consternado pela atual crise, assume, agora, uma maior relevância.

O acordo, abrangente e moderno, inclui questões tarifárias e redução de entraves não tarifários e reflete novas dimensões do comércio internacional. A exemplo dos acordos firmados pela UE com a Coreia do Sul (2011) e o Canadá (2016), o acordo com o MERCOSUL traz um capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo fortalecer a integração do desenvolvimento sustentável nas relações de comércio e investimento por meio da previsão de compromissos referentes a aspectos ambientais e laborais, bem como disposições específicas sobre mudança climática, biodiversidade, florestas, pesca e gestão responsável de cadeias produtivas.

Em termos de acesso a mercados, os resultados para o agronegócio brasileiro incluem a eliminação de tarifas para frutas, suco de laranja e café solúvel e a ampliação de acesso por meio de quota para, por exemplo, etanol, carnes e açúcar. Além disso, o acordo assegura o reconhecimento de vários produtos como distintivos do Brasil, como cachaças, queijos, vinhos e cafés, e cria mecanismos institucionais para, por exemplo, discutir questões sanitárias, fitossanitárias e técnicas.

Por sua vez, a integração entre desenvolvimento sustentável, comércio e investimento buscada pelo acordo confere novas oportunidades ao agronegócio brasileiro. Baseado na premissa de que o comércio pode ser um instrumento de desenvolvimento sustentável, e não o contrário, o acordo cria um arcabouço que fomenta ainda mais os padrões de sustentabilidade do agronegócio brasileiro.



A gestão responsável das cadeias de produção merece a atenção do sistema de alimentos brasileiro, por ser a área de maior espaço para a atuação do setor privado. Nesse contexto, o acordo refere-se a instrumentos internacionais, tais como os inerentes aos princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (direitos humanos, meio ambiente, direitos trabalhistas, anticorrupção), os Princípios das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e as Linhas Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como códigos de conduta voluntários e códigos setoriais.

A oportunidade criada pelo acordo para uma profunda reflexão de cada elo das cadeias de produção do agronegócio a respeito de seu papel para a sustentabilidade é única. Medidas que vão desde a simples conscientização de parceiros da cadeia a respeito desse papel até a adoção de políticas que induzam referidos parceiros a aderirem a práticas responsáveis estão disponíveis no cardápio de alternativas para aprimorar a sustentabilidade no agronegócio.

A ratificação do acordo entre a UE e o MERCOSUL é uma parte essencial da solução para a retomada econômica pós-pandemia. A junção que promove entre ciência, inovação, agricultura e responsabilidade social é uma força propulsora para que o agronegócio brasileiro dispare na vanguarda da sustentabilidade. ■

abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal



UM ANO DAS REDESCOBERTAS

O MUNDO viveu, por algumas décadas, a frenética corrida pela urgência, seja no lado pessoal ou no profissional. Hábitos e costumes que fundamentaram as civilizações perderam espaço em um ritmo difícil de ser acompanhado pelos patriarcas e pelas instituições. Áreas como família, religião, cultura e costumes foram redefinidas a partir de novos conceitos – e aqui não pretendo fazer juízo de valor.

A meta central parecia ser prosperar e alcançar postos cada vez mais altos, e 'ter' era o certificado de vitória. Não havia tempo para mais nada. Agendas lotadas e impactadas sobremaneira pelo rápido desenvolvimento tecnológico alteraram de forma importante as relações.

Se fizermos uma reflexão alguns meses após o início da pandemia, podemos dizer que, felizmente, estamos "redescobrindo" importantes valores. A "instituição família" passou para a lista de prioridades. Cozinhar em casa, preferencialmente a partir de alimentos frescos e saudáveis, está resgatando uma parte importante dos costumes e das tradições de nossas origens. Os pequenos empreendedores e agricultores, antes fora do radar, passaram a ser muito mais valorizados. Atividades simples e divertidas com a família e amigos vêm sendo resgatadas. O luxo, o fútil e o exagero começam a dar lugar para o útil, o racional e o sustentável. Atitudes de respeito e de ajuda ao próximo também estão na "nova pauta".

E essa redescoberta também acontece no contexto do agronegócio.

Há mais de trinta anos atuando na área como empresário e técnico de campo e há mais de quinze anos na diretoria da Abisolo, tenho muito orgulho de fazer parte da maravilhosa evolução do agronegócio brasileiro. Mostramos para o mundo a força e a competência dos agricultores, dos pesquisadores, das indústrias de insumos e máquinas e das instituições de ensino e pesquisa. Se não fosse a paixão e a dedicação pelo agro, seria impossível enfrentar todas as dificuldades políticas, econômicas, climáticas e estruturais pelas quais passamos há tantos anos. E o resultado está aí para todos verem. Somos um dos maiores produtores de alimentos do Planeta, a agricultura que mais preserva o meio ambiente e, certamente, um dos mais importantes atores para a garantia da segurança alimentar do Planeta.



CLORIALDO ROBERTO LEVRERO

Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo)


SHUTTERSTOCK

Neste momento de reflexão e resgate de valores, posso afirmar que a sociedade brasileira está pronta para reconhecer, de fato, a importância dessa cadeia produtiva e, a partir daí, defender aguerridamente esse setor vital para o Brasil e o mundo. E somente convenceremos o mundo da nossa competência e do nosso compromisso com a sustentabilidade depois que estivermos todos nós, brasileiros, convencidos.

União, transparência, conscientização, compromisso com a verdade e a Ciência e responsabilidade são valores cada vez mais cultivados e serão fundamentais para que possamos colher todos os resultados positivos que esse grande setor vem semeando há décadas.

O meu desejo é que todos os brasileiros tenham pelo agro o mesmo orgulho que tenho, e espero que, na próxima edição (12ª) do Caderno Especial da Abisolo, possamos comemorar ainda mais o resgate de importantes valores e as novas vitórias do agro brasileiro.

PROGRAMA NACIONAL DE BIOINSUMOS

Lançado recentemente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Programa Nacional de Bioinsumos chega em um momento oportuno, quando discussões em torno da valorização de processos sustentáveis, do aproveitamento do potencial da biodiversidade brasileira e da inclusão social estão em pauta.

Amplo e abrangente, o portfólio de bioinsumos envolve inoculantes,



Ao longo dessas **duas décadas**, alcançamos **grandes conquistas** e queremos comemorar com todos vocês esta vitória. Estaremos cada vez mais juntos, nutrindo bons negócios e mantendo à frente a **alta tecnologia** para nutrir as culturas do nosso País com os melhores **produtos, serviços e rede de distribuição**.

Obrigado pela parceria!

20 anos agrichem
alimente cada detalhe

agrichem.com.br agrichemdobrasil

BIOMAX®
premium

O INOCULANTE
LÍDER
DE MERCADO

O INOCULANTE LÍDER DE MERCADO

- *Inoculante com a maior concentração de bactérias do mercado;*
- *Elevado fornecimento de N a baixo custo;*
- *Qualidade comprovada no campo,*
- *Garantia de maior produtividade.*



Biosoja
Agrociência

VITTIA
GRUPO

www.vittia.com.br


Proteja **sua lavoura** com a **máxima eficiência**
O controle biológico é essencial para a saúde da sua lavoura e indispensável para o futuro da agricultura. A Biovalens possui excelência em biodefensivos para o controle de pragas e doenças de plantas, proporcionando aumento da qualidade e da produção de alimentos sustentáveis.
Agricultor, evite riscos. Use somente defensivos biológicos registrados no Ministério da Agricultura.
www.**biovalens**.com.br
Consulte sempre um engenheiro agrônomo.
Biovalens
Biotecnologia
VITTIA
GRUPO

promotores de crescimento de plantas, biofertilizantes, produtos para nutrições vegetal e animal e extratos vegetais. Engloba, também, defensivos feitos a partir de microrganismos benéficos para controle de pragas, parasitas e doenças, como fungos e bactérias. E se estende, ainda, aos produtos fitoterápicos e a tecnologias e processos, como, por exemplo, os relativos à pós-colheita.

Enquanto economia sustentável, a bioeconomia reúne os setores que utilizam recursos biológicos nas suas atividades-meio e atividades-fim. São setores dependentes de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Biociência, Tecnologia de Informação e Robótica, entre outras, que transformarão o conhecimento e as novas tecnologias em inovação para a sociedade. Um tema envolvente potencializado pela pandemia de COVID-19 e pelas incertezas econômicas, em uma conjuntura em que temas como mudanças climáticas, segurança alimentar e saúde da população estão em foco.

PASSOS COMPLEMENTARES

O Programa representa, sem dúvida, um caminho inteligente para a inserção definitiva da agricultura brasileira na bioeconomia, mas, por ter um escopo extremamente amplo, necessita de uma adaptação, pois transita em várias áreas já regulamentadas nos diversos atos normativos vigentes.

Sob a liderança do MAPA, a análise da legislação correlata ao tema e a indicação dos conflitos normativos e de seus impactos sobre a execução do Programa e a elaboração de um marco regulatório demandam uma ampla discussão, em que a participação de todos os entes envolvidos na cadeia produtiva será fundamental.



A Abisolo, como primeiro interessada no êxito do programa, já iniciou as discussões internas com os seus associados para a construção de um documento com as contribuições do setor.

O PROJETO LOGÍSTICA REVERSA

Para atender as determinações da Lei nº 12.305/10 – a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), – a Abisolo procurou o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) para que, juntos, construíssem o **Projeto Logística Reversa, para o recebimento e a destinação ambientalmente adequados das embalagens vazias de fertilizantes foliares, organominerais e orgânicos, biofertilizantes, condicionadores de solo e substrato para plantas**.

Após a **realização de um projeto-piloto,** em 2016 e 2017, que atestou a viabilidade técnica e econômica da inclusão do setor no Sistema Campo Limpo, foi decidida a expansão do projeto-piloto para o estado de São Paulo, resultando no programa que está em fase de implementação agora. A partir da experiência que essa nova

“A NOSSA EXPECTATIVA É DE QUE, EM 2021, TODAS AS EMPRESAS DOS SETORES REPRESENTADOS PELA ABISOLO FAÇAM ADESÃO AO PROGRAMA.”



Divulgação - inpEV

EMPRESAS **ASSOCIADAS**



ASSOCIADOS **SETORIAIS**



O QUE PODE SER DEVOLVIDO

Todas as embalagens vazias* de:

- fertilizantes foliares;
- fertilizantes organominerais;
- fertilizantes orgânicos;
- biofertilizantes;
- condicionadores de solo;
- substrato para plantas.

*Embalagens de produtos utilizados por agricultores do estado de São Paulo

fase possibilitará, será possível lançar as bases para futuras expansões, até que o Programa Logística Reversa do setor seja implementado em todos os estados da União.

O programa de recebimento das embalagens terá início no estado de São Paulo a partir de setembro próximo. Inicialmente, somente as centrais de recebimento do inpEV no estado estarão aptas para receber as embalagens. A partir do primeiro semestre de 2021, os postos de recebimento também deverão participar do projeto.

A nossa expectativa é de que, em 2021, todas as empresas dos setores representados pela Abisolo façam adesão ao Programa.

O Programa Logística Reversa demonstra, de forma inequívoca, o compromisso da nossa indústria com o homem e o meio ambiente. ■

COMO DEVOLVER AS EMBALAGENS

No estado de São Paulo, os agricultores devem devolver as embalagens nas mesmas centrais onde já devolvem as embalagens vazias de defensivos agrícolas. Para a devolução, as embalagens devem estar separadas das embalagens de defensivos agrícolas, para agilizar o recebimento e minimizar o tempo do processo. Da mesma forma, as embalagens rígidas devem estar separadas das flexíveis, assim como as tampas devem estar separadas dos frascos.




SHUTTERSTOCK

REUNIÃO DO COSAG E DO COSCEX

DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS PARA O AGRO

A reunião conjunta dos Conselhos Superiores do Agronegócio (Cosag) e de Comércio Exterior (Coscex) foi realizada em 6 de julho último, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ABERTURA



RUBENS ANTONIO BARBOSA
Presidente do Coscex

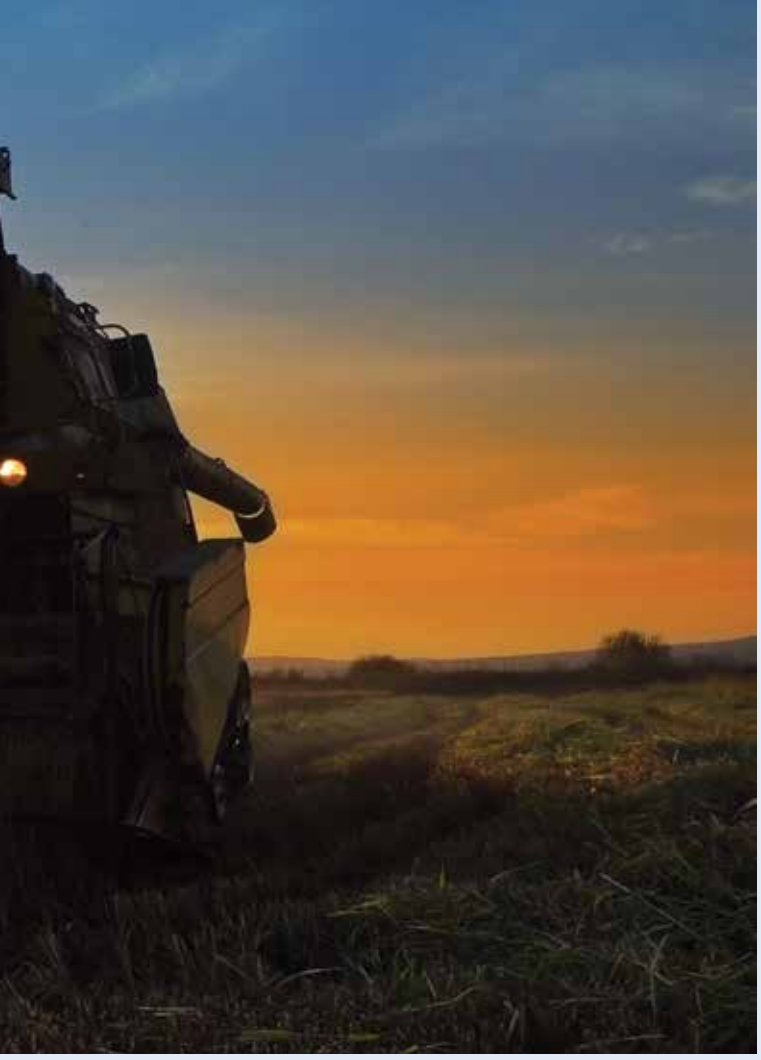
Os três temas a serem apresentados não podiam ser mais urgentes para discutirmos. Os mercados serão uma das prioridades para a nova estratégia de comércio exterior. A China terá um papel cada vez mais importante, sobretudo no comércio exterior. Os acordos das transações mundiais dos alimentos passam pela Organização Mundial Comércio (OMC), apesar da crise atual para eleger os juízes do seu Sistema de Solução de Controvérsias. Achamos, também, que essa é uma oportunidade para tratarmos o impacto da política do meio ambiente sobre o setor agropecuário.

PANORAMA DE MERCADO



JACYR DA SILVA COSTA FILHO
Presidente do Cosag

Queremos fazer um especial agradecimento aos palestrantes. A conexão entre produção e mercado constitui um ponto muito relevante para ser analisado à luz da realidade, enquanto a introdução do etanol na política de consumo de combustíveis na China representa uma grande oportunidade. Também precisamos olhar com atenção para o papel fundamental da OMC na abertura de novos mercados e na proteção dos já existentes para o Brasil. Aproveitar-nos-emos desse encontro para inserir um comentário do professor Marcos Jank, que acaba de lançar o livro "Parceria China-Brasil em Agricultura e Segurança Alimentar".



NOVOS MERCADOS



ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS
Sócio-diretor da MB Agro

Organizamos a apresentação em três tópicos. Primeiro, temos o comércio internacional diante da dominância dessa estratégia chinesa nos últimos tempos. Segundo, passamos à questão da guerra comercial entre a China e os Estados Unidos. E, terceiro, abordamos o advento da peste suína, com impacto radical sobre o mercado mundial de carnes.

Os dados da OMC indicam os grandes deficitários e superavitários de alimentos do mundo. Há trinta anos, o Japão e a Europa eram enormes importadores, enquanto a China tinha uma posição modesta como exportadora. Depois, tivemos enormes transformações. A Europa virou exportadora, assim como a Ucrânia e a Rússia, enquanto a China e o Oriente Médio passaram a ser importadores.

No comércio mundial de alimentos, os Estados Unidos, maiores exportadores, também converteram-se em um gigantesco importador. A tendência mais natural da Europa e dos Estados Unidos será de importar produtos tropicais do Brasil não produzidos lá. Os Estados Unidos podem se tornar um importador líquido de alimentos na próxima década. A questão do Brexit poderá ser uma oportunidade para aproveitarmos no Reino Unido, sendo uma brecha na estrutura da União Europeia (UE). Desta maneira, poderemos exportar mais carnes e, eventualmente, até grãos. Na Ásia e no Oriente Médio, surgirão grandes oportunidades.

A China, embora tenha tentado ser autossuficiente na produção de grãos, sendo a maior produtora de trigo do mundo e uma gigante produtora de arroz e milho, percebeu a impossibilidade de manter essa tarefa. Em 1990, na soja, a exportação brasileira não existia, enquanto a potência exportadora eram os Estados Unidos.

Há dois anos, com o surto da peste suína na China, começa a evolução da cadeia de suínos do fundo de quintal para o modelo de alta tecnologia, com envolvimento de metade do rebanho chinês e expansão para Vietnã, Laos, Cambodja, Coreia do Sul, Filipinas e Leste Europeu. Como a carne suína é a de maior consumo no mundo, abre-se uma oportunidade para o Brasil, ainda mais diante do embate comercial entre a China e os Estados Unidos.

Os problemas sanitários fazem parte da agenda geopolítica e deixam os mercados voláteis. Em situação similar à do Brasil, poucos são os países em condições de fornecer soja, milho e proteína animal. Como há um déficit brutal no sistema mundial de produção de carne, as discussões sobre a migração da COVID-19 do país exportador para o importador ganham discricionariedade. A doença avança para o interior do território nacional e chega perto dos frigoríficos, de modo a aumentar os desafios para mostrarmos que fazemos parte de um rol de fornecedores confiáveis.



ORLANDO RIBEIRO
Secretário da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SCRI/MAPA)

Falaremos sobre o desenvolvimento de novos mercados. Apenas sete produtos brasileiros representam 74,0% das exportações do agronegócio para o mundo: soja em grão (39,0%), carne bovina (7,0%), celulose (6,0%), carne de frango (6,0%), açúcar (6,0%), farelo de soja (5,5%) e café verde (4,5%). Poucos produtos submetem o Brasil às variações cíclicas normais da economia. O ideal seria uma cesta maior de produtos.

A prioridade do MAPA é diversificar produtos e mercados. Desde 1º de janeiro de 2019, abrimos 77 novos mercados: lácteos para a China, a Tailândia e o Egito; baru e erva-mate para a Coreia do Sul; peixes para a Argentina; castanha-do-brasil para a Arábia Saudita; melão para a China; gergelim para a Índia; queijos para a Austrália; e arroz para o México.

Desenvolvemos um trabalho de inteligência comercial para identificar oportunidades, com o envolvimento do MAPA e em conjunto com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Identificamos os cinco mercados mais dinâmicos. Nos cinco primeiros meses deste ano, em comparação ao ano passado, as exportações do agronegócio cresceram 8%, puxadas pela Ásia (25%). Houve queda na UE (3,2%), na área do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês) (9,5%), no Oriente Médio (33,4%), na África (0,3%) e na área da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (7,4%). Se não fosse, principalmente, a China, teríamos um resultado negativo.

Temos dois elementos conjunturais para explicar essa queda: primeiro, a questão da COVID-19, com a queda nas importações mundiais; e, segundo, o resultado do Oriente Médio, com a queda dos preços do petróleo.

Enquanto trabalhamos com os mercados tradicionais, devemos lançar, em breve, um estudo para cinco produtos (castanha-do-brasil, erva-mate, baru, açaí e óleo de babaçu) focados em cinco mercados (Marrocos, Tailândia, Indonésia, Índia e Japão).

Para que, de fato, haja uma ampliação de mercados, precisamos melhorar o acesso do produto brasileiro com apoio de um trabalho de promoção comercial. A simples abertura de mercados não resultará em um comércio maior. Tomemos, por exemplo, dois casos: Canadá e Coreia do Sul. Apesar de ambos estarem entre os sete maiores importadores agrícolas mundiais, as suas tarifas de importação são extremamente altas. Então, vamos trabalhar em cima de acordos de livre-comércio ou de alcance parcial para ampliar o acesso.

No caso do Canadá, tivemos seis rodadas com a intenção de fechar um acordo abrangente com mais do que 93% do comércio agrícola entre os dois países. Com a Coreia do Sul, não podemos fazer um acordo para a liberação do comércio sem antes tratar das barreiras pseudossanitárias e fitossanitárias.

A briga entre os Estados Unidos e a China abriu oportunidades para o Brasil, mas não achamos essa situação conveniente. Para o agricultor, a volatilidade é sempre pior do que a estabilidade. Uma abertura temporária pode nos causar prejuízos a médio prazo. Quando os Estados Unidos voltarem a se entender com a China, as nossas exportações serão afetadas.

Os europeus e os britânicos trabalham na possibilidade de reestruturar as ofertas já feitas no âmbito do acordo entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a UE, enquanto insistimos em mantê-las, de modo que seja aberto um novo capítulo com o Brexit. Ainda não está muito evidente como isso será feito.

Na China, houve a coincidência do surgimento do novo coronavírus após a reunião anual do Partido Comunista nacional. Não há nenhuma evidência científica de que as proteínas animais sejam vetores de transmissão da doença. Para atender a demanda do público interno chinês, algumas providências tomadas causaram *overshooting*.

IMPORTÂNCIA DA CHINA PARA O AGRONEGÓCIO



LARISSA WACHHOLZ CABRAL
Assessora especial do Núcleo China do MAPA

Após acompanhar a visita de Estado do presidente da República ao país, em outubro do ano passado, a ministra Tereza Cristina decidiu criar esse Núcleo China no MAPA. A minha especialidade é o mercado chinês, maior cliente do agronegócio brasileiro, com 35% de participação, com o qual trabalhamos há mais de dez anos.

Dividimos essa análise de oportunidades em dois aspectos: primeiro, um mais voltado às perspectivas pós-COVID-19; e, segundo, um voltado às tendências do mercado chinês, com acompanhamento das políticas públicas chinesas na área de alimentos.

Vemos uma série de mudanças nas dinâmicas globais da produção, do abastecimento e do comércio. Válidas para a China, algumas delas consolidar-se-ão no padrão de consumo, em que estão inclusos o alimento considerado como sinônimo de saúde, embalagens menores, maior tempo de prateleira e incentivo aos orgânicos e aos funcionais. Um sistema de

entrega, comércio eletrônico e compra em mercados e feiras livres próximas à residência dos cidadãos representa um ganho na percepção de sanidade.

Essas alterações na percepção do consumidor poderão implicar um maior rigor quanto a padrões técnicos, sanitários e fitossanitários, com exigências adicionais de certificação e rastreabilidade e requisitos privados.

O cenário pós-COVID apresenta uma oportunidade para o Brasil consolidar-se como um grande parceiro no suprimento de segurança alimentar e de alimentos para o mundo. A China vê-se às voltas com uma segunda onda da doença, a partir de uma suspeita de um produto alimentício importado. As autoridades chinesas reagiram de forma até pouco racional do ponto de vista técnico. Isso reflete o histórico de escândalos alimentares ocorridos na China ao longo das últimas décadas.

As exportações para a China precisam ser avaliadas num contexto gerado pela combinação de peste suína africana, gripe aviária, guerra comercial com os Estados Unidos e COVID-19. Nos esforços para repensar os seus padrões e hábitos, nasce uma nova regulamentação que proíbe o consumo de animais silvestres. Na cadeia de suínos, a participação de pequenas fazendas familiares cairá de 80/85% para 70/75%. Estimulado pelo governo, o espaço restante será ocupado por grandes empresas vertitcalizadas e com mais tecnologia, que tenham controles sanitários mais rígidos.

Com relação às tendências, destacamos as políticas públicas de incentivo ao consumo e ao comércio eletrônico transfronteiriço (*cross-border e-commerce*). Os gastos *per capita* dos consumidores urbanos em alimentos e bebidas aumentaram 21% de 2014 a 2018, com a crença de que os produtos importados são mais seguros. Como o aumento da renda e a urbanização impulsionam as decisões de compra dos consumidores, a promoção comercial passa a ser fundamental para explorar as oportunidades no mercado.

As nossas *commodities* estão relativamente bem estabelecidas, mas há muito espaço para crescer no milho, no etanol e nas proteínas animais. Na inserção de produtos com marcas e maior valor agregado, o MAPA deve contribuir com o setor privado. Contar a história da indústria alimentícia ajuda a construir a confiança junto aos consumidores e às autoridades chineses.

Mantemos um canal de contato (*hotline*) com a Administração-Geral de Alfândegas da China (GACC, na sigla em inglês) para comunicar e trocar informações com rapidez. A presença física e regular do setor produtivo em cidades de consumo diferentes ajuda na promoção e na diversificação da pauta.

O primeiro-ministro Li Keqiang tem enfatizado o incentivo ao comércio eletrônico de produtos importados, com grande foco na área de alimentos. Hoje, são 105 zonas-piloto focadas em comércio eletrônico para produtos importados. Desde janeiro deste ano, há uma lista de itens a serem estimulados por meio do comércio eletrônico, inclusive alimentícios, tanto frescos, como processados.

PAPEL DA OMC



VICTOR DO PRADO

Diretor do Conselho e do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) da OMC

Criada em 1995, a OMC estabeleceu regras internacionais sobre produtos agrícolas. No entanto, como uma série de acordos fez muito aquém do esperado, se estabeleceu um programa de reforma. Passados 25 anos, o resultado foi uma decepção em termos de acesso a mercados e disciplina de subsídios internos.

Houve uma decisão importante em 2015, na Conferência de Nairóbi, com a eliminação dos subsídios distorcidos na exportação de produtos agrícolas, mas tratou-se apenas de uma declaração política, acompanhada de compromissos de valor jurídico. Os países desenvolvidos e em desenvolvimento modificaram suas listas de compromisso, enquanto o Brasil não mudou nada.

Como as regras não valem por si só, assistimos aos casos dos contenciosos acionados pelo Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias na parte agrícola quanto a algodão, açúcar, carnes bovina e de frango, entre outros. De qualquer modo, a OMC tem proporcionado previsibilidade no comércio internacional de produtos agrícolas, sobretudo em acesso a mercados, apesar de haver certa decepção com relação à disciplina e à redução de subsídios ao apoio interno.

Se o mundo não for bem, a OMC também não irá bem. O cenário está muito diferente do de vinte anos atrás, quando Francis Fukuyama escreveu "O fim da história e o último homem" e o Thomas Friedman escreveu "O mundo é plano: Uma breve história do século XXI", no auge da globalização, antes da crise de 2008.

Vivemos um momento estranho desde a eclosão da pandemia, com a exacerbação de novas tendências. Em Genebra, ficamos com o sentimento de estar reféns da relação bilateral entre os Estados Unidos e a China, muito diferente daquela da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Trata-se de uma rivalidade com componentes econômicos, financeiros e comerciais. A ponta do *iceberg* é a guerra do 5G. Mais tenso e fragmentado, o mundo parece enfraquecido, sendo um campo fértil para populistas e líderes fortes. Ou seja, o vírus é de natureza política.

No comércio internacional, as previsões não são otimistas, seja da OMC, do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com queda dramática no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Os países olham para dentro. A posição de autonomia estratégica não significa abertura total. O vírus deixou explícita a interrupção de cadeias de valor. Preocupamo-nos com as medidas de restrição de exportação de alimentos e como elas podem interferir nas oportunidades de emprego no Brasil.

Não acreditamos no fim da globalização. Os ingleses chamam de "*slowbalisation*": uma globalização mais vagarosa, mas de mudança, sobretudo no comércio de alimentos. Passamos de tendências protecionistas para aquilo que o ex-diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, chama de "precaucionismo".

Perto de onde moramos, o *outdoor* dizia "Consumir no local é vital". Isso pode ser uma aspiração do consumidor, mas não é possível. O importante é conhecer a rastreabilidade e o método de produção dos alimentos. É preciso mostrar dados concretos ao consumidor de que carne não é resultado do desmatamento na Amazônia. O embaixador Rubens Barbosa tem toda a razão quando diz que uma campanha de relações públicas não solucionará isso. Essa é uma questão sensível.

Os Estados Unidos anunciaram, em abril, um fundo de US$ 19 bilhões para apoiar a agricultura. Muitos jornalistas chamam isso de "dinheiro de helicóptero". Não são todos os países com esse tanto de caixa. Então, haverá, sim, distorções, porém será preciso pensar nisso.

A OMC faz três coisas:

- Primeiro, o monitoramento das políticas dos países. Na internet, temos uma página especial com uma quantidade imensa de informação sobre todas as medidas de comércio adotadas pelos países em relação à COVID-19.

- Segundo, a atuação no Sistema de Solução de Controvérsias, em que a questão não vai bem. Os Estados Unidos, ao barrarem a nomeação de seus membros, praticamente extinguiram esse mecanismo. Apesar disso, os países continuam a trazer casos, sem sabermos de sua continuidade.

- Terceiro, a negociação multilateral. Achamos importante o Brasil prestar atenção no tema do comércio eletrônico, na questão da privacidade e no fluxo de informações. Como a agricultura fica cada vez mais informatizada, o Brasil precisa posicionar-se de maneira explícita.

Fala-se muito de reforma na OMC. Os americanos querem definir a diferença entre país em desenvolvimento e país não em desenvolvimento. A China se declara um país em desenvolvimento, com repercussões nos acordos comerciais. Os americanos também querem discutir um modelo econômico em que os países-membros da OMC devem rezar por um sistema capitalista. Fica, então, a pergunta: a China segue um modelo capitalista?

Para resolver essa crise e as mudanças, há uma necessidade de cooperação internacional. Essa tendência de o consumidor ser muito mais exigente precisa ser levada a sério. Isso tem a ver com a negociação de regras sanitárias e fitossanitárias, que deve ser iniciada na OMC.



MARCOS JANK

Professor do Insper e conselheiro do Cosag

Lançamos o livro que se chama "China-Brazil Partnership on Agriculture and Food Security", em inglês, com 430 páginas, escrito por 24 autores (doze brasileiros e doze chineses). O trabalho foi feito pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e pela China Agricultural University (CAU).

Procuramos olhar as relações entre o Brasil e a China no longo prazo. As revoluções de ambos aconteceram ao mesmo tempo, a partir da década de 1970: a China com as grandes reformas feitas por Deng Xiaoping, que levaram 200 milhões de chineses do campo para a cidade – o que criou a maior classe média emergente do Planeta –; e o Brasil que, com a revolução tropical agrícola, se tornou o maior exportador de agro do mundo.

A dependência entre o Brasil e a China é bilateral. Não é mais apenas em soja, carne e, eventualmente, etanol. Nessa relação, há muitas oportunidades a serem trabalhadas no médio e

no longo prazos. Além de comércio, podemos avançar nos investimentos em infraestrutura, inovação e sustentabilidade. Existem vários outros capítulos sobre os quais se pode falar, de grande perspectiva.



ALOYSIO NUNES FERREIRA

Ex-ministro do MRE

Lembrei da primeira vez em que fui à China, quando comi, em Chongqing, um guisado de pata de urso. Estava uma delícia. Imaginamos que isso não seria possível hoje. Há a necessidade de se adaptar às novas exigências dos consumidores. Esses requisitos brandidos pelos governos para protegerem seus mercados não são apenas de europeus, chineses e americanos. Também temos os nossos pecados nessa matéria nos casos da importação de camarão da Colômbia, de banana do Equador e de cacau da Costa do Marfim.

Como se trata de um grande ator político, a nossa relação com a China não deve restringir-se às questões de comércio. É preciso um esforço grande do Governo para acertar o passo com esse grande parceiro global e estratégico. Indagamos se há perspectiva de avançarmos, nesse novo ambiente, no rumo de uma regulamentação global dos critérios de sanidade. Há realmente um lado heterogêneo – presente, inclusive, no MERCOSUL – que coloca o nível de incerteza como incompatível com os preceitos da segurança alimentar, para não falar das economias colocadas pelo mercado mundial de alimentos.

FECHAMENTO



ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Esalq/USP

Tivemos uma excelente reunião, sobretudo pelo alto nível das apresentações. Numa tarefa praticamente impossível, faremos um breve resumo das exposições.

Alexandre Mendonça de Barros, mais uma vez, mostrou a impressionante mudança no cenário global com as trocas ocorridas na lista dos principais países importadores e exportadores. Chamam a atenção as grandes oportunidades abertas para o Brasil em relação à Ásia, particularmente em relação à China. Cabe analisar com cuidado os riscos existentes.

Orlando Ribeiro enfatizou as mudanças em curso nos mercados. A dinâmica do processo ganhou intensidade em relação ao passado. Houve mudanças, e novas tendências surgem no perfil de consumo dos alimentos. O Brasil deve olhar com clareza a fundamental necessidade de promoção comercial e acordos bilaterais entre países em termos de potencial de negócios.

Larissa Cabral ofereceu um show de análise sobre a China, com espetacular conhecimento e vivência própria diante da maior renda proporcionada com a rápida urbanização do país. Como fornecedores de confiança, precisamos mostrar que temos qualidade para atender as tendências de consumo atuais, seja no nível do consumidor, seja para as autoridades sanitárias.

O diplomata Victor do Prado mostrou a sua experiência de vinte anos trabalhados em Genebra. Discorreu sobre o mundo estar muito mais fragmentado e tenso. Isso transforma a globalização não em um fim, mas em mudanças muito consistentes. Enfatizou estar preocupado com a precaução, tema com que Pascal Lamy discordava há algum tempo também, sobretudo com relação à produção e ao consumo locais, que não têm espaço em nível global, mas que são um dado crescente. Os consumidores estão cada vez mais preocupados com a origem, a produção e o transporte dos alimentos. Prado apresentou o papel contemporâneo da OMC em termos de transparência, solução de controvérsias e negociação multilateral.

Marcos Jank citou as relações existentes entre a China e o Brasil com base no seu livro recém-publicado. A sua exposição deixa evidente a enorme interdependência existente entre os dois países. A conversa não pode ficar só na questão do comércio agrícola, devendo envolver, também, temas como investimentos e mudanças futuras.

Finalmente, o ex-ministro Aloysio Nunes Ferreira destacou a importância do fato de a China não ser apenas um ator comercial, mas sim um ator político estratégico, fundamental no mundo inteiro de hoje, pelo seu tamanho e pela sua capacidade de desenvolvimento. ■

O AGRONEGÓCIO DEFENDE A PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A CRISE provocada pelas recentes queimadas na Amazônia reacendeu um alerta no agronegócio brasileiro. O setor, que tem participação fundamental na economia nacional, está novamente sob a pressão de conciliar o aumento da produção com a preservação do meio ambiente.

Por um lado, o Brasil ostenta a maior floresta tropical do Planeta; por outro, o agronegócio tem defendido a desnecessidade da expansão de suas fronteiras. Assim, podemos afirmar que não é preciso cortar uma única árvore da Amazônia para aumentar a nossa produção agropecuária.

Os produtores rurais investiram em tecnologia, recebendo instruções da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e tendo acesso a cursos de qualificação oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Isso viabilizou a elevação da produtividade sem a necessidade de aumento da área explorada.

O setor defende a preservação ambiental e não compactua com infratores. Por isso, espera que sejam realizadas uma criteriosa investigação e a responsabilização de todos os envolvidos em queimadas e desmatamentos ilegais ocorridos na região amazônica.

É preciso conter os transgressores responsáveis por esses danos ao País, tão lesivos ao nosso povo. Muitas vezes, o desmatamento é atribuído ao produtor rural legalizado, ainda que ocorra em áreas públicas. Entretanto, o homem do campo defende a sustentabilidade do agronegócio. Tal consciência é fundamental para que conciliemos o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental.

Um ponto importante a ser destacado é que a Amazônia necessita, impreterivelmente, promover a regularização fundiária das suas propriedades, de modo que as responsabilidades possam ser direcionadas e, com isso, se possa promover o desejado controle ambiental da região.

A FAESP teve a oportunidade de abordar o tema em uma recente reunião com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, defendendo o empreendedorismo e a economia criativa nas áreas urbanas, para que se viabilize a criação de emprego e renda para a população da Amazônia Legal, de quase 30 milhões de habitantes, e, assim, se desestimule a ocupação ilegal do solo.

De qualquer forma, devemos reconhecer o protagonismo do agronegócio neste momento, pois, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as suas exportações registraram valor recorde em maio último. O montante relativo ao agro respondeu por 61% do total exportado pelo Brasil. O setor é o responsável pelo superávit da balança comercial brasileira, faturando US$ 101,39 bilhões com exportações nos doze meses terminados em junho.

Temos a expectativa de que o cenário será favorável e os números continuarão a crescer no pós-COVID-19, tendo em vista o contexto da crise global e a necessidade mais elementar de todo ser humano, que é se alimentar. Nesse sentido, no item proteínas, entre outros produtos, o Brasil será indispensável.

O setor está preparado no sentido de cumprir a missão de contribuir para a retomada econômica do País. Dispõe de tecnologia para expandir a produtividade com sustentabilidade social, econômica e ambiental e tem o objetivo de continuar levando alimento de qualidade para toda a população brasileira. ■

AGRICULTURA 4.0: AGTECHS MUDAM O CENÁRIO DO AGRO

POR CROPLIFE BRASIL

A TECNOLOGIA conecta a todos. No agronegócio, a agricultura digital (ou 4.0) vem se tornando uma boa aliada para o produtor, oferecendo soluções que vão desde o planejamento da lavoura até a chegada do produto ao consumidor. As chamadas AgTechs são empresas que promovem essas inovações com tecnologias aplicadas no campo.

HUBS DE INOVAÇÃO

De acordo com o relatório Radar AgTech Brasil 2019, 1.125 *start-ups* foram identificadas no País. A maioria delas, cerca de 90%, está nas regiões Sul e Sudeste, principalmente nas cidades de São Paulo, Piracicaba e Campinas. Contudo, a transformação no agro tem um enorme campo a ser explorado devido à crescente demanda por produzir mais com sustentabilidade.

Em algumas regiões do Brasil, existem *hubs* de inovação exclusivamente direcionados ao agronegócio: espaços destinados para o trabalho de *start-ups*, médias e grandes empresas e instituições de ensino e pesquisa com o objetivo de buscar o desenvolvimento em toda a cadeia agrícola. Os principais *hubs* estão em regiões estratégicas: AgTech Garage, em Piracicaba-SP; AgriHub, em Cuiabá-MT; e Agrovalley, em Londrina-PR. Juntos, são pelo menos 500 *start-ups* e milhares de profissionais na comunidade virtual.

A utilização da agricultura 4.0 está presente antes, dentro e depois da porteira. Para entender melhor, o fornecimento de insumos como produtos para controle biológico, fertilizantes, análise laboratorial, genômica, biotecnologia e economia compartilhada pode ser incluído no processo de desenvolvimento antes do campo.

ECONOMIA DE TEMPO E DINHEIRO

As tecnologias aplicadas à informação, como a internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), o sensoriamento remoto, o uso de *drones* e técnicas de monitoramento, oferecem informações quase ou em tempo real que ajudam o agricultor na tomada de decisões dentro da fazenda. Assim, se otimizam recursos, mão de obra e tempo.

Observando a demanda do setor, a *start-up* Grandeo, de Ponta Grossa-PR, aprimorou o uso de uma tecnologia de espectroscopia no infravermelho próximo, chamado de *near infrared* (NIR), que existe há mais de vinte anos. Com um equipamento portátil parecido com uma máquina de cartão e cerca de 300 gramas, o produtor analisa, em menos de 1 minuto, várias características do solo, como matéria orgânica, umidade e nível de minerais. Nas culturas, é possível saber teores de amido, açúcares, fibras e umidade. O aparelho é conectado ao celular por sinal de Bluetooth ou Wi-Fi e tem um aplicativo que gerencia o funcionamento e armazena os dados localmente.

A agricultura familiar também é beneficiada com o uso da tecnologia. A *start-up* ManejeBem, de Biguaçu-SC, presta assistência técnica de forma rápida e simples. Com um aplicativo, o produtor envia dúvidas com fotos, textos ou vídeos e recebe as respostas pelo celular. "O aplicativo ManejeChat é extremamente simples e permite que o usuário, mesmo que tenha baixa escolaridade, entenda e possa usar as informações. Então, funciona da mesma maneira que o WhatsApp, com a grande diferença de que é um captador de dados", diz Caroline Luiz Pimenta, engenheira-agrônoma e cofundadora da *start-up*. Caso o agricultor possua uma assistência técnica, ele pode adquirir apenas o *software* para concentrar os dados. Desde 2016, a plataforma já atingiu mais de 250 mil produtores no Brasil. ■



DIÁRIO DE BORDO

ATÉ 2030!

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

O MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem, na sua Secretaria de Política Agrícola (SPA), uma área de análise de cenários sobre o agro global que permite a definição de estratégias e políticas públicas que apoiem e estimulem o agronegócio brasileiro. Esse setor "de inteligência" acaba de publicar um estudo sobre as perspectivas da produção agropecuária brasileira para daqui a dez anos (2029/2030).

O estudo prevê que a área total de lavouras deverá crescer 10,5 milhões de hectares até lá, atingindo 88,2 milhões de hectares. Mas só a soja crescerá 9,7 milhões de hectares, o milho 2ª safra, outros 4,8 milhões, e a cana-de-açúcar, 1,2 milhão. Ora, a soma das novas áreas dos três produtos chega a 15,7 milhões de hectares, o que se explica por dois fatores: primeiro, toda a parcela do milho 2ª safra refere-se à incorporação de áreas já agricultadas com soja, algodão, amendoim, feijão etc.; e, segundo, refere-se à substituição de cultivos cujas áreas diminuirão, como são os casos de mandioca, arroz, café, laranja e feijão.

As novas áreas de plantio de soja e cana também dever-se-ão à incorporação de pastagens, especialmente as naturais.

A análise mostra que os produtos mais dinâmicos do nosso agronegócio serão carne suína, soja em grão, algodão em pluma, celulose, milho, carne de frango, leite e açúcar.

A produção de grãos deverá passar dos atuais 251,0 milhões de toneladas para 318,3 milhões, um aumento de 26,9%, com uma taxa de crescimento anual de 2,4%: serão 67,4 milhões de toneladas a mais. Já a área plantada crescerá bem menos: 16,7%. A produtividade agrícola será o principal responsável por esse salto. Naturalmente, para que essas previsões se confirmem, será necessário um esforço adicional ao que temos hoje em pesquisa, inovação tecnológica, crédito e infraestrutura. Com tudo correndo conforme essas estimativas, a produtividade total dos fatores projetada até 2030 deverá crescer, em média, 2,93% por ano. Ainda é uma taxa elevada, embora menor do que tem sido nos períodos anteriores.

Já a produção de carnes deverá ter um aumento de 6,7 milhões de toneladas, ou 23,8% a mais do que produzimos na safra 2019/20. O maior crescimento será em carnes de frango (28,1%) e suína (26,8%). A produção de carne bovina deve crescer 16,2%.

Essas projeções podem ser superadas dependendo do mercado externo.

Tudo indica que haverá uma forte pressão do mercado interno para o aumento de algumas produções. Cerca de 50,4% da soja produzida deverá ser destinada ao mercado interno, enquanto, do milho, devem ser 69,0% e, do café, 56,6%.

Já nas carnes, que serão produzidas com a ajuda desses grãos (milho e soja principalmente), a pressão virá do mercado externo, embora cerca de 73% da produção de carne de frango será consumida internamente, 45% da carne bovina e 37% da carne suína. Mesmo assim, seremos grandes exportadores mundiais de carnes, especialmente de frango e bovina.

Entre as regiões em que haverá uma maior expansão de produção de grãos, está uma das últimas fronteiras agrícolas do País, o MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia –, que deverá produzir cerca de 32,7 milhões de toneladas de grãos em 8,9 milhões de hectares em 2029/30.

São todos números muito estimulantes para o campo brasileiro, que seguirá sendo a locomotiva da economia nacional. ■

A área total de lavouras deverá crescer 10,5 milhões de hectares nos próximos dez anos.

PRODUZIR

SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNDO PÓS-PANDEMIA



HELEN JACINTHO

Produtora rural, diretora da Holding Rio Santa Maria Ltda. e diretora do Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA)

O DEBATE pós-pandemia deverá voltar-se para a segurança alimentar de toda a cadeia de produção mundial de alimentos. O consumo de animais silvestres é cultural em vários continentes. Europeus e norte-americanos caçam veados, lebres e pássaros. Já na China, o consumo de espécies exóticas era restrito às classes mais elevadas devido ao alto valor, porém, após a Era Mao Tse-tung, a escassez de alimentos tornou a caça e o consumo de animais silvestres uma alternativa de acesso a proteína para a população comum.

No final da década de 1970, reformas econômicas feitas pelos governos estimularam a produção e a venda desses produtos silvestres por pequenos produtores rurais. De acordo com o Japan Times, estima-se que esse mercado para a alimentação e a medicina chinesas movimente US$ 75 bilhões e empregue 14 milhões de pessoas. Os sistemas de criação e revenda são insalubres e desumanos, bem diferentes dos do Brasil, com protocolos de sanidade mais rígidos. Além disso, tem-se os "*wet markets*", nos quais se misturam gaiolas de animais vivos, sangue, entranhas e fezes de animais abatidos no local.

Segundo o que disse a Dra. Suzan Murray, veterinária-chefe de Vida Silvestre no Smithsonian Conservation Biology Institute (SCBI) e diretora do SCBI's Global Health Program, no World Economic Forum (WEF), "quando forçamos espécies que, de outras maneiras, não teríamos contato, aumentamos a possibilidade de as doenças serem transmitidas". A proibição de comercialização por cinco anos de animais silvestres nos parece uma solução, apesar de ser apenas um paliativo. Lembremos da síndrome respiratória aguda grave (SARS, na sigla em inglês), que causou a morte de muitas pessoas em 2002 e 2003.

Existe uma pressão muito grande sobre a China com relação ao controle sanitário animal, e os Estados Unidos contestaram e saíram da Organização Mundial da Saúde (OMS). O jornal New York Times tem divulgado retaliações de muitos países.

Cabe aos países se unirem e redefinirem regras e protocolos claros de sanidade. No comércio mundial, as fronteiras não seguram vírus. O processo de produção de alimentos precisa monitorar as doenças em rebanhos de modo a prevenir que se espalhem entre as nações como aconteceu com a COVID-19. Com os avanços tecnológicos verificados na agropecuária, muitas doenças consideradas problemas são, hoje, controladas com campanhas de vacinação, como, por exemplo, a febre aftosa, bem como com a aplicação de rígidos protocolos sanitários, como a salmonela.

Como as normas definidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) nem sempre são suficientes, alguns países criam normas tarifárias e dificuldades de acesso aos seus mercados: nessa fase pós-coronavírus, poderá vir uma nova onda de protecionismo.

O setor nacional de produção de alimentos pode ser um protagonista mundial neste momento. O Brasil destaca-se por produzir, processar e entregar produtos com sanidade, qualidade e quantidade. A sua produção abastece o mercado interno, e o excedente segue exportado na forma de *commodities*, com divisas para a balança comercial do País.

Alimentar o mundo durante e após a pandemia é uma prioridade entre as nações. Sigamos firmes nos nossos protocolos e busquemos um nível de melhoria constante. Assim, estaremos na vanguarda dessa busca por mais sanidade e segurança alimentar. ■

"Cabe aos países se unirem e redefinirem regras e protocolos claros de sanidade."



OPINIÃO

URBANIZAÇÃO DO CAMPO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

EM 1826, o economista alemão Johann Heinrich von Thünen desenhou o funcionamento da economia rural em seis anéis. Desde então, geógrafos agrários basearam-se nesse 'axioma do distanciamento', que determina a oferta de produtos, seus preços e as condições de vida das populações no espaço. Quanto mais longe do núcleo urbano, pior!

Com a construção de ferrovias e autoestradas e a invenção do telefone, tivemos a redução da distância física e, com ela, do tempo e do custo. No entanto, o Brasil ainda tem grandes desafios pela frente para que a vida no campo possa ser comparada à vida urbana. Mesmo em São Paulo, estado que pode ser considerado o mais desenvolvido do País, a infraestrutura ainda deixa a desejar. Com a falta desta, há a deficiência de acesso a serviços básicos, como segurança, saúde e educação. Além disso, ainda há uma grande deficiência de conectividade. Apesar do surgimento da internet e de toda a revolução tecnológica que transformou mundialmente as relações e os negócios, a dominância do peso físico do espaço ainda é um fator relevante para quem vive e produz no campo brasileiro.

Desde a transição do nomadismo pré-histórico para a agricultura (que fixou o homem na terra) e, posteriormente, a criação das cidades, foi o *locus* que definiu a hierarquia de poder, riqueza, renda e acesso a serviços. Essa pirâmide permaneceu durante muito tempo. Com as novas ondas de migração em função da industrialização e, mais tarde, a expansão do setor de serviços, começamos a ver mudanças. A nossa população rural encolheu de 70%, em 1950, para 15%, em 2020. Assistimos à alteração da densidade demográfica, do preço das coisas, das oportunidades e da imagem dos diversos segmentos da sociedade.

O campo ficou para trás até o impactante avanço da tecnologia tropical e da migração Sul-Norte, quando o Brasil se transformou num dos principais *players* da oferta mundial de alimentos e demais produtos do agronegócio. Porém, essa transformação, focada na produção, não impactou da mesma forma o dia a dia da população rural. A infraestrutura ainda é precária em muitos locais e a conectividade, algo muito distante.

Com o novo coronavírus, a vida no campo mostrou-se mais estável para os que lá estão, como um dos setores que, apesar dos impactos negativos, teve a força e a persistência necessárias para manter as suas operações em funcionamento. Mas isso ainda não é suficiente para que assistamos à permanência das pessoas no campo e, mais ainda, à atração de profissionais urbanos. Para tanto, precisamos de ensino online, consultas médicas por aplicativo, acesso a instrumentos derivativos de gestão de risco, segurança, entre tantos outros benefícios daqueles que moram nas cidades. O primeiro passo chama-se 'conectividade', que, nos dias de hoje, é, talvez, um dos principais direitos fundamentais do ser humano – senão o principal – e que possibilitou a democratização de tantos outros direitos. E, para a conectividade, é necessário, ao menos, que identifiquemos a localização das propriedades e da população rural. Cabe, então, às políticas públicas priorizarem esse potencial e promoverem um novo ordenamento socioeconômico do espaço. ■

"A nossa população rural encolheu de 70%, em 1950, para 15%, em 2020."

REFLEXÃO

O BOM SENSO DEVE PREVALECER

MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



NESTE MOMENTO em que o mundo é impactado por algo excepcional e de dimensões ainda difíceis de medir a curto prazo, sairá fortalecido o país dotado de equilíbrio e resiliência para superar. Nunca antes na história, o futuro da humanidade dependeu tanto da capacidade de entendimento para que vivamos em um único planeta. A sobrevivência está diretamente ligada à preservação e à valorização dos recursos naturais. E o Brasil é privilegiado nesse quesito.

A pandemia de COVID-19 expôs as disfunções da sociedade. Estamos vivendo múltiplas crises: a da própria doença; a de desilusão econômica; a de legitimidade democrática; a de recursos comuns do Planeta; a de relações internacionais; e a de governança global. Não sabemos como lidar com elas.

No âmbito global, o choque da COVID-19 lembrou-nos da necessidade de cooperação, assim como o desafio das mudanças climáticas. Mas estas demandam uma aliança de política com conhecimento, tanto domesticamente, como globalmente.

Talvez uma das coisas mais extraordinárias tenha acontecido nesse julho último: em meio a essa situação extrema, o setor empresarial brasileiro, por meio de instituições e empresas dos setores industrial, agrícola e de serviços, uniu-se em um manifesto para expor à sociedade e ao Governo o seu compromisso público com a agenda do desenvolvimento sustentável.

Esse grupo é formado por CEOs de cerca de cinquenta grandes empresas e cinco entidades – entre elas, a ABAG – e acompanha com atenção e preocupação o impacto sobre os negócios da atual percepção negativa da imagem do Brasil no exterior quanto às questões socioambientais relacionadas à Amazônia. Há um enorme potencial de prejuízo para o País não apenas do ponto de vista da sua reputação, mas também para os seus negócios e investimentos externos.

Em reunião com o vice-presidente da República e responsável pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ), Hamilton Mourão, o grupo colocou-se à disposição para contribuir com soluções que tenham foco nos seguintes eixos:

- Combate inflexível ao desmatamento ilegal na Amazônia e nos demais biomas;
- Inclusão social e econômica de comunidades locais para a preservação das florestas;
- Minimização do impacto ambiental sobre o uso dos recursos naturais, buscando eficiência e produtividade nas atividades econômicas daí derivadas;
- Valorização e preservação da biodiversidade como parte das estratégias empresariais;
- Adoção de mecanismos de negociação de créditos de carbono;
- Financiamentos e investimentos na economia circular e de baixo carbono;
- Incentivos para a recuperação econômica dos efeitos da pandemia de COVID-19.

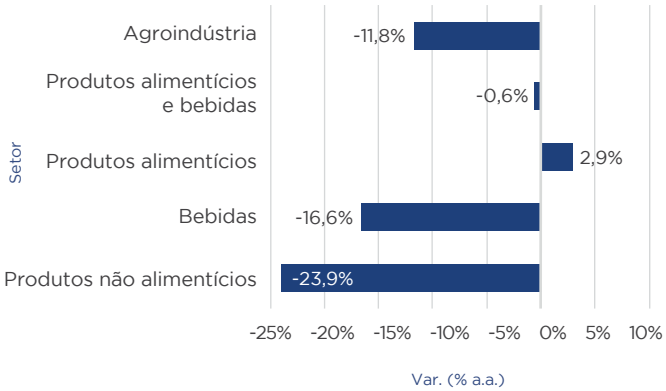
A oportunidade é única para estarmos entre os países que sairão fortalecidos dessa situação. Temos recursos e conhecimento para dar escala às boas práticas, adotar rigorosa fiscalização de irregularidades e planejar com estratégia o futuro sustentável do Brasil. Precisamos fazer as escolhas certas e com sabedoria. Assim, iniciaremos uma coalizão em busca da recuperação da economia brasileira, inclusiva e sem controvérsias entre produzir e preservar. ■

Em julho último, o setor empresarial brasileiro uniu-se em um manifesto para expor à sociedade e ao Governo o seu compromisso público com a agenda do desenvolvimento sustentável.

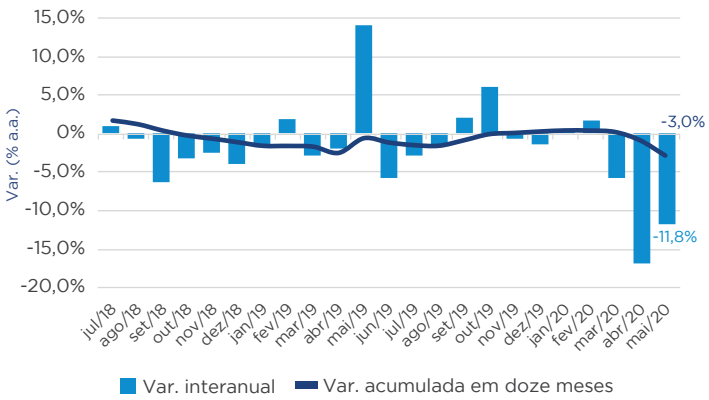
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: MAIO DE 2020

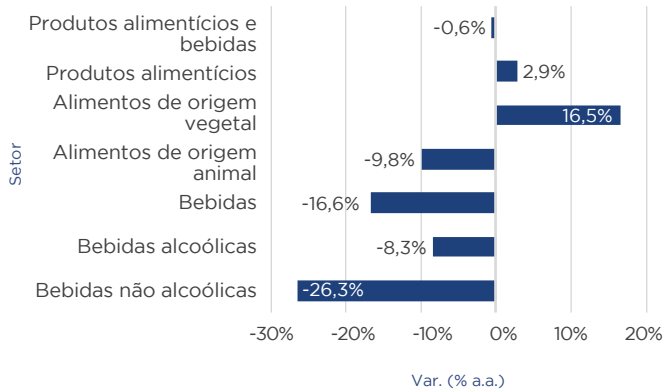
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MAIO DE 2020



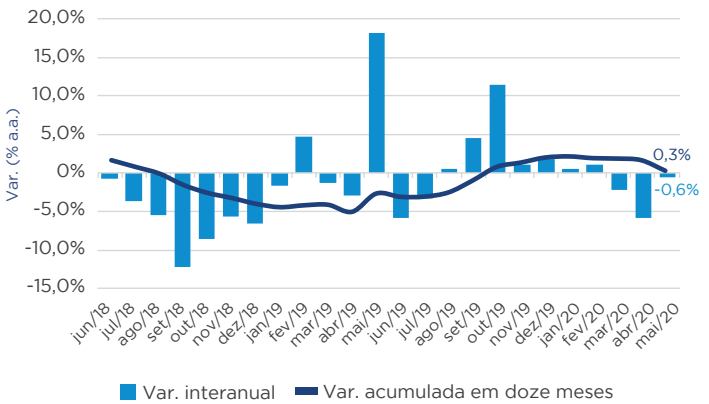
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



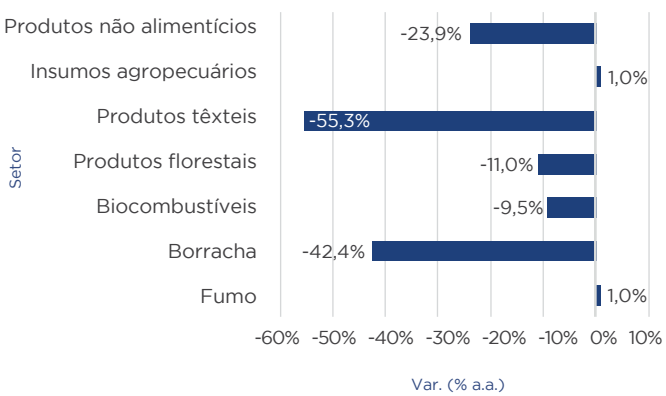
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MAIO DE 2020



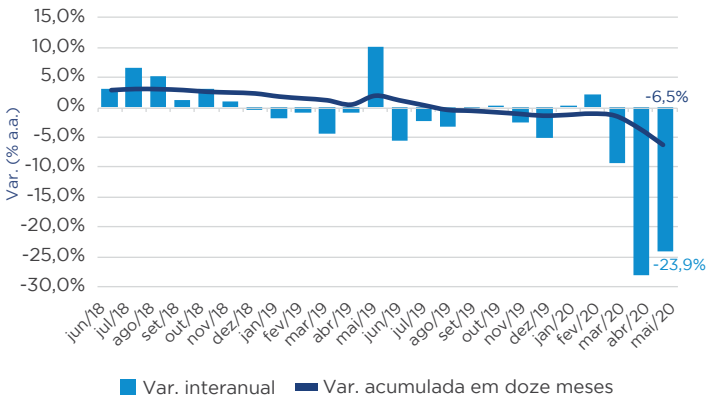
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MAIO DE 2020



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro


3AW
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
AGRONEGÓCIO
ÚNICO MESTRADO PROFISSIONAL DO SETOR NO BRASIL.
PRINCIPAIS TENDÊNCIAS EM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E DE INFRAESTRUTURA.
VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE.
CAPACITAÇÃO PARA CARGOS DE GESTÃO E LIDERANÇA.
Saiba mais em
www.eesp.fgv.br/
FGV EESP



LIÇÕES PARA O FUTURO

2020

EVENTO ONLINE

Agradecemos aos patrocinadores do Congresso Brasileiro do Agronegócio 2020. Em um ano de grandes desafios, o apoio das empresas patrocinadoras foi fundamental para o sucesso do evento, que bateu recorde de público online.

Com o tema Lições para o Futuro, o Congresso reuniu um seleto grupo de especialistas de diferentes elos da cadeia produtiva da agropecuária, como presidentes de empresas, entidades setoriais e institutos de pesquisa, importantes economistas e representantes da diplomacia brasileira para discutir o peso geopolítico do Brasil no campo da segurança alimentar e energética e caminhos para retomar o desenvolvimento da economia brasileira.

Reserve sua agenda para participar da 20ª edição do CBA, que será realizada em 02 de agosto de 2021.

Patrocínio Master

Patrocínio